UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

Cleonice Elias dos Santos

O CRÉDITO RURAL PARA MULHERES DO SEMIÁRIDO NORTE-MINEIRO: UM ESTUDO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA/MG, NO PERÍODO DE 2005 A 2018

Montes Claros, 2020.

Cleonice Elias dos Santos

O CRÉDITO RURAL PARA MULHERES DO SEMIÁRIDO NORTE-MINEIRO: UM ESTUDO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA/MG, NO PERÍODO DE 2005 A 2018

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues.

Santos, Cleonice Elias.

S237c
2020

O crédito rural para mulheres do semiárido norte-mineiro [manuscrito]: um estudo do Pronaf no município de Porteirinha/MG, no período de 2005 a 2018 / Cleonice Elias dos Santos. Montes Claros, 2020.

92 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Roberto do Nascimento Rodrigues

Banca examinadora: Luciana Conceição de Lima; Mauro Augusto dos Santos; Daniel Coelho de Oliveira.

Inclui referências: f. 74-83.

1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil) -- Teses. 2. Agricultura Familiar -- Porteirinha (MG) -- Teses. 3. Mulheres na agricultura -- Teses. I. Rodrigues, Roberto do Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 331.1-055.2(815.1)

ELABORADA PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO ICA/UFMG
Nádia Cristina Oliveira Pires / CRB-6/2781

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cleonice Elias dos Santos

O crédito rural para mulheres do semiárido norte-mineiro:
um estudo do Pronaf no município de Porteirinha/MG no período de 2005 a 2018

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:
Profa. Dra. Luciana Conceição de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Montes Claros, 30 de outubro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Coelho de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 02/11/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Mauro Augusto dos Santos**, **Usuário Externo**, em 02/11/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto do Nascimento Rodrigues**, **Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 03/11/2020, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Conceição de Lima**, **Usuário Externo**, em 04/11/2020, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0345833** e o código CRC **631A33DD**.

AGRADECIMENTOS

Acredito não ser possível agradecer a todos que contribuíram para a realização do sonho de cursar o mestrado associado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Em meio a tantos, torna-se importante agradecer a Deus por ter me dado forças nessa jornada.

Outrossim, foi primoroso o apoio dado pelos meus familiares, em especial a minha avó Anayd Martins Elias (em memória) por ter me encorajado a seguir em frente, mesmo diante das dificuldades encontradas no caminho, e por ter plantado em mim a semente do “buscar pelo conhecimento”, além de ensinar a regar esse germe, de modo a usufruir de seus frutos.

Foi também, digno de nota, o apoio e esmero das agricultoras do município de Porteirinha-MG que, além de contribuírem para “fazer girar as engrenagens deste país” com o trabalho e a produção agropecuária, ofereceram grande contribuição para o desenvolvimento da ciência ao aceitarem ser sujeito deste estudo.

De outro modo, cabe destacar a notável contribuição de todos os professores do mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, por terem me proporcionado amplo conhecimento, formação integral e holística, com destaque para o meu orientador, Roberto do Nascimento Rodrigues, pela paciência dispensada e prontidão durante a orientação.

Sou grata aos colegas de trabalho da Unidade de Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, em particular ao amigo e chefe do setor, Alex Douglas Martins Demier, pelo encorajamento para até aqui chegar, além da compreensão das minhas ausências, quando estas se fizeram necessárias em função das atividades acadêmicas.

Meus agradecimentos aos colegas do mestrado, que também contribuíram para que eu pudesse trilhar esse caminho.

Em uma carta a Robert Hook o notável astrônomo e filósofo naturalista Isaac Newton metaforizava a seguinte frase: “Se cheguei até aqui é porque me apoiei no ombro de gigantes”, demonstro aqui minha gratidão aos gigantes que me deram suporte durante essa caminhada. Muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Cadastro Ambiental Rural
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo Nacional de Assistência ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FJP	Fundação João Pinheiro
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNO	Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 1

2. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DO PRONAF 6

2.1 O Pronaf no Contexto das Políticas Públicas de Crédito Rural no Brasil 6

2.2 O Pronaf Mulher 18

2.2.1 Alcance e limitações do Pronaf Mulher no contexto das relações de gênero e empoderamento 20

3. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO 27

3.1 A Pesquisa com as Instituições 30

3.2 A Pesquisa com as Agricultoras Beneficiárias do Pronaf 32

3.3 O Universo de Investigação 33

3.3.1 O contexto de inserção do Pronaf em Porteirinha 36

3.4 O Funcionamento do Pronaf em Porteirinha 40

4. PERCEPÇÕES SOBRE O PRONAF EM PORTEIRINHA: A VISÃO DE INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS E DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA 45

4.1 Breve Discussão Conceitual sobre Gênero e Empoderamento Feminino 46

4.2 O Pronaf em Porteirinha sob a Ótica das Instituições Envolvidas na sua Operacionalização 51

4.3 O Pronaf em Porteirinha sob a Ótica das Beneficiárias do Programa 54

4.3.1 O que elas dizem: a percepção das agricultoras sobre os reflexos do Pronaf nas relações de gênero e empoderamento 57

4.3.1.1 O empoderamento via participação em espaços de discussão sociopolítica 58

4.3.1.2 Autonomia para a gestão dos recursos e dos bens 59

4.3.1.3 O empoderamento na dimensão econômica 60

4.3.1.4 Reflexos do PRONAF sobre as relações de gênero 62

4.3.1.5 A inclusão socioeconômica e produtiva e as melhorias nas condições de vida 65

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

REFERÊNCIAS 74

ANEXOS 84
1. Roteiro de Entrevista para as Instituições Envolvidas com o Pronaf..... 84
2. Roteiro de Entrevista para Beneficiárias do Pronaf..... 87
3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... 91

RESUMO

A agricultura familiar tem um papel fundamental para o desenvolvimento rural, sendo um dos pilares do setor agrícola brasileiro, o que presume a importância das políticas públicas destinadas ao setor. O conceito de agricultura familiar foi adotado pelo Estado na década de 1990, em um contexto de formulação de políticas públicas, principalmente de crédito rural, como o Pronaf, destinado especificamente para o setor. O estudo visa compreender os efeitos do Pronaf, enquanto política de crédito rural, na vida das agricultoras do semiárido norte-mineiro, no município de Porteirinha. O objetivo geral é analisar a percepção de agricultoras residentes no município de Porteirinha-MG sobre as mudanças ocorridas na situação socioeconômica, assim como nas relações de gênero e empoderamento feminino, em função de terem sido contempladas com créditos provenientes do Pronaf. O estudo teve como base informações provenientes de entrevistas semiestruturadas aplicadas a um universo constituído por representantes de instituições envolvidas no funcionamento do Pronaf em Porteirinha e por mulheres beneficiárias do Programa em duas comunidades rurais do município. No plano institucional, verificou-se que faltaram estratégias para garantir efetivação do Pronaf, sobretudo do Pronaf Mulher, como a resistência dos agentes financeiros em direcionar crédito tendo mulheres como titulares da operação. De acordo com a percepção os representantes das instituições, houve inclusão socioeconômica e produtiva, melhoria da propriedade e geração de renda, mas não houve consenso em relação a possíveis melhorias nas relações de gênero e empoderamento feminino. Na percepção das mulheres beneficiárias o Pronaf possibilitou aumento da participação feminina, mas a autonomia das mulheres em relação às atividades produtivas e utilização dos recursos financeiros ainda é restrita. O Pronaf foi capaz de permitir melhoria na equidade de gênero, mas vários avanços são necessários, tendo em vista que os princípios socioculturais servem de obstáculos para a efetivação dos direitos das mulheres. No plano socioeconômico são inegáveis as melhorias na renda no poder aquisitivo, na produtividade e na inserção no mercado local. Em geral, o Pronaf provou-se relevante para o desenvolvimento da agricultura familiar, mas há necessidade de avanços em outras dimensões, como questões socioculturais, difíceis de serem mudadas. Por outro lado, revelou-se que, com base na percepção das agricultoras entrevistadas, o empoderamento feminino é um processo em construção e para que o Pronaf possa promover maiores reflexos sobre esse processo são necessárias práticas e mediações voltadas para essa finalidade.

Palavras-chave: Pronaf; Agricultura Familiar; Gênero; Porteirinha.

ABSTRACT

Family farming has a fundamental role for rural development, being one of the pillars of the Brazilian agricultural sector, which presumes the importance of public policies aimed at the sector. The concept of family farming was adopted by the State in the 1990s, in a context of formulating public policies, mainly rural credit, such as Pronaf, which was specifically designed for the sector. The study aims to understand the effects of Pronaf, as a rural credit policy, on the lives of farmers in the semi-arid north of Minas Gerais, in the municipality of Porteirinha. The general objective is to analyze the perception of female farmers living in the municipality of Porteirinha-MG about the changes that occurred in the socioeconomic situation, as well as in gender relations and female empowerment, due to having been awarded with credits from Pronaf. The study was based on information from semi-structured interviews applied to a universe made up of representatives of institutions involved in the operation of Pronaf in Porteirinha and women benefiting from the Program in two rural communities in the municipality. At the institutional level, it was found that there was a lack of strategies to guarantee the effectiveness of Pronaf, especially Pronaf Mulher, such as the resistance of financial agents to direct credit with women as owners of the operation. According to the perception of the representatives of the institutions, there was socioeconomic and productive inclusion, improved property and increase in income, but there was no consensus regarding possible improvements in gender relations and female empowerment. In the perception of the beneficiary women, Pronaf enabled an increase in female participation, but women's autonomy in relation to productive activities and the use of financial resources is still restricted. Pronaf was able to improve gender equity, but several advances are needed, given that socio-cultural principles serve as obstacles for obtaining women's rights. On the socioeconomic level, improvements in income, in purchasing power, productivity and insertion in the local market are undeniable. In general, Pronaf proved to be relevant for the development of family farming, but there is a need for advances in other dimensions, such as socio-cultural issues, which are difficult to change. On the other hand, it was revealed that, based on the perception of the interviewed women farmers, female empowerment is a process under construction and for Pronaf to promote greater reflections on this process, practices and mediations aimed at this purpose are necessary.

Keywords: Pronaf, Family Farming, Gender, Porteirinha/MG.

1. INTRODUÇÃO

As origens da agricultura familiar brasileira, suas raízes no campesinato e sua condição de continuidade ou ruptura do campesinato são assuntos que já foram discutidos por autores como Wanderley (1996 e 2004). Ao focalizar esse debate, Vieira (2019) considera que a agricultura familiar seria aquela integrada ao mercado e inserida em políticas públicas que permitam incorporar novas tecnologias para a produção agrícola. Certo é que o desenvolvimento do modo de produção capitalista permitiu transformações na estrutura agrária e consequentemente alterações nas dinâmicas das relações camponesas, principalmente na forma de produção e nos modos de vida.

Ainda de acordo com Vieira (2019), agricultura familiar é uma adequação do campesinato, que não se dissolveu, e persistiu transformando e vinculando de forma gradual à economia capitalista. Para Ploeg (2011), a agricultura familiar tem um modo de produção peculiar, que é interligado entre a agricultura camponesa, empresarial e capitalista. As diferenciações se baseiam nas inter-relações com o mercado e no ordenamento do processo de produção.

Altafin (2007), por sua vez, ao refletir sobre o conceito de agricultura familiar destaca que o segmento populacional que desenvolve esse tipo e atividade já recebeu diversos nomes, inclusive de forma depreciativa. Em razão disso, os livros de História pouco registraram sobre os agricultores enquanto produtores de alimentos e atores importantes na construção do país. A agricultura familiar enquanto categoria social recebeu novas significações após a implementação de políticas públicas de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, voltadas para este segmento. Impulsionados por tais políticas, os agricultores familiares exerceram importantes funções para o desenvolvimento agrícola do país e passou por um processo de transformação e consolidação como um dos pilares do setor agrícola brasileiro.

Picolotto (2014), ao discorrer sobre os atores sociais que contribuíram para a construção do conceito de agricultura familiar no Brasil, destaca que a categoria

foi construída enquanto modelo de agricultura e como identidade política dos grupos de agricultores. Para delimitação do campo conceitual contribuíram tanto os estudos acadêmicos, que ressaltaram o lugar que a agricultura familiar ocupou no desenvolvimento capitalista e as condições de precariedade que ela encontrou, historicamente, no Brasil, quanto as políticas públicas adotadas visando o fortalecimento da categoria.

A delimitação formal do conceito de agricultura familiar se deu em 2006, por meio da Lei 11.326, que, além de definir a categoria, estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, considerando que agricultor familiar e empreendedor familiar rural é todo aquele que pratica atividade rural, cumpridos os seguintes requisitos: não possuir área maior que quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente, a mão-de-obra familiar para o desenvolvimento das atividades produtivas; ter a maior parte da renda familiar originada das atividades econômicas do próprio estabelecimento; e fazer a gestão do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Além disso, a Política Nacional da Agricultura Familiar prevê a observação dos princípios da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, e da equidade na aplicação das políticas, com respeito aos aspectos de gênero, geração e etnia.

De acordo com Altafin (2007), o setor permite a garantia da segurança alimentar e nutricional, geração de emprego e renda e a preservação ambiental, pois apesar de haver controvérsias, a agricultura familiar possui uma relação considerada positiva com os recursos naturais, com a valorização da biodiversidade, além da função sociocultural pelo resgate ou manutenção de um modo de vida que associa cultura e identidade. No que se refere à função da agricultura familiar com relação à sustentabilidade, Veiga (1996), ao discorrer sobre a transição agroambiental e o futuro da agricultura familiar, considerou que as políticas públicas já vinham reagindo a essas exigências sociais e que a agricultura familiar possui vantagens comparativas, pela sua característica de diversificação da produção e pela forma de organização.

Na configuração do desenvolvimento das atividades da agricultura familiar ganha destaque a participação das mulheres, que muitas vezes têm seu trabalho

produtivo relegado a um segundo plano, a partir da consideração tão somente da sua atuação no trabalho doméstico. O pouco destaque das mulheres nas atividades rurais no âmbito da agricultura familiar acaba por reforçar um estereótipo típico de desigualdade nas relações de gênero em favor dos homens e de debilidade na autonomia feminina, seja no que se refere aos espaços de decisão na dimensão do trabalho produtivo ou nas dimensões familiar e sociocultural.

As políticas de crédito rural, muitas vezes, tendem a contemplar preferencialmente o universo masculino, de tal maneira que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar instituiu uma linha de crédito específica para as mulheres, o Pronaf Mulher, na tentativa de, ao impulsionar a consideração da figura feminina como beneficiária titular, contribuir para a redução da desigualdade nas relações de gênero e aumento da autonomia feminina.

Este estudo se insere no âmbito daqueles que visam analisar as possíveis mudanças que o acesso ao crédito rural tem gerado na vida das mulheres beneficiárias, seja do ponto de vista econômico ou no que se refere à sua relação com os demais membros da sociedade onde habitam, notadamente nas relações de gênero e empoderamento feminino.

O trabalho com mulheres rurais do semiárido norte-mineiro, por sete anos, foi o que motivou este estudo, em princípio, com a preocupação central de compreender a importância das políticas públicas para a melhoria nas condições de vida das agricultoras. Diante da impossibilidade de realizar a pesquisa de forma a abranger todo semiárido norte-mineiro e todas as políticas públicas para a região, foi selecionado o município de Porteirinha e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O fato de o Programa ter criado uma linha de crédito destinada especificamente às mulheres rurais motivou ainda mais a escolha do Pronaf para estudo sobre possíveis transformações na vida das agricultoras.

Nessa perspectiva, as questões que nortearam o estudo foram as seguintes: as mulheres beneficiárias do Pronaf têm experimentado transformações que lhes

proporcionam melhoria nas suas condições de vida? No rol dessas mudanças inclui-se um processo de empoderamento feminino e melhoria nas relações de gênero?

Com base nas questões norteadoras foi estabelecido como objetivo geral analisar a percepção das agricultoras residentes no município de Porteirinha sobre as mudanças ocorridas na situação socioeconômica, nas relações de gênero e empoderamento feminino, em função de terem sido contempladas com créditos provenientes do Pronaf, no período de 2005 a 2018.

Para compreender os resultados da atuação do Pronaf na vida das mulheres rurais, enquanto política pública de crédito rural, é necessário o entendimento das diversas transformações pelas quais passou a agricultura familiar, uma vez que se trata de uma análise que depende da dinâmica econômica, social, política e cultural em que as agricultoras estão inseridas. É necessário, então, compreender como se iniciaram as políticas de crédito rural até a criação de uma política específica para a agricultura familiar e inclusive para as agricultoras, perpassando ainda pelo sistema de crédito rural, o Pronaf e o Pronaf Mulher.

Assim, para cumprimento do objetivo proposto, a dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta uma síntese da evolução histórica das políticas públicas de crédito rural, contextualizando o Pronaf dentro do Sistema de Crédito Rural brasileiro, de modo a compreender seus resultados e alcances.

O terceiro capítulo focaliza as fontes de dados e métodos adotados para a análise dos resultados da pesquisa, que tem como base informações provenientes de entrevistas semiestruturadas aplicadas a um universo constituído por representantes de instituições envolvidas no funcionamento do Pronaf no município de Porteirinha e a beneficiárias do Pronaf em duas comunidades do município. O capítulo apresenta ainda uma breve caracterização do universo de investigação, bem como o perfil das agricultoras beneficiadas pelo Pronaf.

O quarto capítulo é dedicado à apresentação e análise dos resultados provenientes do trabalho de campo. A fim de fornecer elementos que contribuam para a interpretação dos depoimentos colhidos durante as entrevistas, o capítulo

inclui uma discussão sintética sobre conceitos e perspectivas de gênero e empoderamento feminino.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação das considerações finais, alcance e limitações do estudo e, na medida do possível, sugestões de estudos complementares ou adicionais.

2. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DO PRONAF

Este capítulo apresenta um breve histórico sobre o processo de evolução da política de crédito rural no Brasil, ressaltando a sua importância, bem como a implantação do Pronaf, com a finalidade de verificar embasar a discussão acerca desse Programa na vida das mulheres beneficiadas pela política de crédito rural, de acordo com a literatura na área. Ênfase especial é dedicada à implantação e funcionamento do Pronaf no município de Porteirinha, que constitui o universo de investigação focalizado nesta dissertação.

2.1 O Pronaf no Contexto das Políticas Públicas de Crédito Rural no Brasil

O debate sobre questões relacionadas às políticas de crédito rural no Brasil pode ser observado em várias dimensões: econômica social, política e cultural. A discussão em torno do tema é muito ampla e há diversas análises que direcionam a compreensão da importância do crédito para o desenvolvimento rural brasileiro. De acordo com Gonçalves Neto (1970), a implantação de uma política agrícola para o desenvolvimento rural e a modernização do campo no Brasil representou uma estratégia para viabilizar o modelo de desenvolvimento adotado no país e um dos propósitos do crédito era a regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado.

No período de modernização da agricultura no Brasil houve a necessidade de criar condições para que a atividade agrícola pudesse ser integrada à nova dinâmica de desenvolvimento do país. Isto se deu a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, consolidado pela Lei nº 4.829, que considera crédito rural o suprimento de recursos financeiros para produtores rurais e suas cooperativas. Os objetivos propostos pelo SNCR são estimular o incremento dos investimentos rurais, inclusive para beneficiamento,

armazenamento e industrialização dos produtos agropecuários; favorecer o custeio adequado da produção e comercialização dos produtos; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, principalmente os pequenos e médios; e incentivar a introdução de métodos de produção, com vistas ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais (BRASIL, 1965).

Contudo, essas políticas privilegiaram os setores mais capitalizados, de modo que a agricultura familiar ficou à margem dos benefícios propiciados pela política agrícola, principalmente no que se refere ao crédito rural (MATTEI, 2005). Pelo menos desde 1992, uma das reivindicações dos movimentos sociais no Brasil, colocada pelos camponeses, era o acesso a um crédito diferenciado. Altafin (2007) destaca que os movimentos sociais rurais organizados pressionaram o Estado para criar políticas públicas que os incluíssem no processo de desenvolvimento do país.

A tentativa de atendimento dessa demanda levou o Governo Federal a criar, em 1994, uma linha de crédito exclusiva para os agricultores familiares, inserida no Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Na sequência, em 1995, foi criado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Planaf), que lançou o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), institucionalizado em 1996, através da Lei 1946, de 28/06/1996, posteriormente alterada pelo Decreto n° 3991, de 30/10/2001 (TOLENTINO, 2016).

Isto permitiu que um número significativo de agricultores familiares passasse a se beneficiar de empréstimos subsidiados pelo Estado para financiar os investimentos em suas unidades produtivas (CAZELLA et al., 2016). Segundo Abramovay (2005), o surgimento dessa política permitiu que milhares de agricultores familiares tivessem acesso ao crédito bancário pela primeira vez.

Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em associação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – FAO/INCRA – estabeleceram algumas diretrizes norteadoras para formulação de políticas públicas adequadas à realidade dos grupos de agricultores familiares e contribuíram para a formulação do Pronaf, que

se tornou a principal política pública para apoio à agricultura familiar e representou a legitimação da agricultura familiar como uma nova categoria social pelo Estado (MATTEI, 2005). Saron e Hespanhol (2012) também consideram que a criação do Pronaf representou o reconhecimento institucional sobre a importância dos agricultores familiares no Brasil, que foram historicamente excluídos das políticas de desenvolvimento rural, e também implicou uma maior democratização dessas políticas, permitindo aos agricultores familiares terem acesso ao crédito rural subsidiado.

O Pronaf teve como justificativa o fato de os agricultores familiares descapitalizados e com baixa produtividade não disporem de condições financeiras para acessar o crédito a taxas vigentes no mercado financeiro (SARON; HESPANHOL, 2012). Assim, a atuação do Programa se voltaria para a reversão do quadro seletivo e excludente que historicamente caracterizou a política agrícola implementada no Brasil até a década de 1980. Para Saron e Hespanhol, desde sua elaboração o Pronaf passou por diversas mudanças e aperfeiçoamentos, mas manteve a concessão de crédito rural subsidiado como seu principal eixo de atuação, e se constituiu na principal política pública voltada para a agricultura familiar no Brasil. Zani e Costa (2014), por sua vez, destacam o fato de que o Pronaf foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento rural em regiões deprimidas ou de baixa renda.

De fato, enquanto política pública de desenvolvimento rural, o Pronaf foi um marco importante da intervenção do Estado na agricultura e no meio rural brasileiro, mas os recursos disponibilizados não foram considerados suficientes, como observaram Anjos et al. (2004).

> O surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro. Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor (ANJOS et al., 2004, p. 1).

Ainda de acordo com Anjos et al. (2004), o Pronaf marcou um momento singular na história agrária brasileira, uma vez que foi um dos primeiros programas comprometidos com a agricultura familiar, que tem um papel importante na

agropecuária nacional, tanto no que se refere ao valor bruto de produção, quanto no que diz respeito à absorção de mão-de-obra.

Similarmente, Grisa e Schneider (2014) reiteram que o Pronaf foi instituído como reconhecimento político e institucional do Estado brasileiro sobre a importância da categoria social da agricultura familiar no desenvolvimento do país. O Programa delineava-se como uma política de crédito rural que contribuiria para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares aos mercados. De acordo com Freitas (2018), a institucionalização da agricultura familiar não garantiu que seu desenvolvimento fosse linear, mesmo após uma base legal de reconhecimento, que garantia direitos e políticas públicas a diversos grupos sociais que compõem esta categoria, mas, por outro lado, tornou homogêneas distinções latentes no meio rural brasileiro, ao abranger tanta diversidade em uma única categoria.

Em síntese, como apontam Beltrame e Pereira (2017), o Pronaf foi instituído visando buscar alternativas sólidas de políticas diferenciadas para o pequeno produtor rural, com o intuito de mantê-lo no seu espaço de produção, aumentar sua renda familiar e lhe proporcionar uma melhor qualidade de vida. Foi o primeiro programa voltado para o atendimento dos agricultores familiares do Brasil, como forma de suprir as lacunas deixadas pelas políticas públicas de desenvolvimento rural e também devido a reivindicações de movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores rurais.

No entanto, a despeito de contribuir essencialmente para a permanência dos agricultores no campo, com melhoria da qualidade de vida, o Pronaf, sozinho, não gerou maiores impactos à vida socioeconômica dos agricultores familiares. Isto porque a facilidade e a agilidade no acesso ao crédito, com taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento facilitados, têm seus efeitos, mas não há garantia de preços mais elevados para a venda dos produtos cultivados pelos pequenos agricultores, o que faz com que o Pronaf não consiga gerar efeitos significativos na vida desses agricultores, embora lhes proporcione a permanência digna no campo. Ainda assim, milhares de famílias sobrevivem da agricultura familiar, com pouca produção e maior variedade de produtos. Trata-se de uma atividade que gera emprego na lavoura, no comércio em geral e na indústria e,

também por isso, é importante o crédito rural propiciado a partir do advento do Pronaf (BELTRAME; PEREIRA, 2017).

O processo de institucionalização foi um elemento determinante para o desenvolvimento rural, pois no decorrer da implantação do Pronaf foram criadas organizações e instâncias representativas, desde a esfera municipal até a federal, além de procedimentos técnicos administrativos que ampliaram a possibilidade de gestão social do Programa, não sendo restrito apenas à ação dos órgãos governamentais, uma vez que a sociedade civil pode participar, intervir e colaborar na formulação e, dessa forma, promover o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (MATTEI, 2005).

Inicialmente o Pronaf, do ponto de vista operacional, possuía quatro linhas de atuação, como o financiamento da produção e da infraestrutura, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, financiamento de pesquisas e extensão rural. Posteriormente, o Programa foi sendo transformado e algumas mudanças institucionais foram realizadas com vistas a ampliar a abrangência dessa política pública (MATTEI, 2005).

Após a consolidação do Programa, foram criadas sucessivas linhas de financiamento (Quadro 1), que diferenciavam o grande público da agricultura familiar em diversos subgrupos, devido à permeabilidade da formulação da referida política pública e pela demanda dos movimentos sociais do campo. Ademais, a diversidade de linhas de crédito possibilitou tratar, de forma diferenciada em termos de financiamento, um público muito heterogêneo. Inclusive, para o público com pouca visibilidade no meio rural, como mulheres e jovens, foi criada uma linha de crédito específica, favorecendo, assim, o seu protagonismo social, mesmo que com baixa expressividade do financiamento em relação ao total de crédito concedido (ZANI e COSTA, 2014).

Quadro 1: Linhas de Crédito do Pronaf

Grupos/Linhas	Público-alvo	Finalidade	Limite de Crédito
Pronaf Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Até R$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.
Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A.	Investimento para atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários.	Até R$ 4.000,00, por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações.
Pronaf Grupo B	Crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.	Construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de matrizes, entre outras melhorias.	Até R$ 2,5 mil
Pronaf Mulher	Produtoras familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Investimento para atender às necessidades da mulher produtora rural.	Para beneficiários dos grupos A, A/C e B: teto de R$ 2,5 mil por beneficiário. Para agricultores familiares: teto de R$ 165 mil por beneficiário por ano agrícola, independentemente daqueles definidos para outros investimentos ao amparo do Pronaf.
Pronaf Grupo	Agricultores(as) assentados(as) pelo	Custeio de atividades agropecuárias e de	Até R$ 7.500,00 por

A/C	Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	beneficiamento ou industrialização da produção.	operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.

Continua

Continuação

Pronaf Jovem	Jovens agricultores, maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes às famílias que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Crédito para atender as necessidades de investimento de jovens agricultores.	Cada produtor pode financiar até R$ 16,5 mil.
Pronaf Semiárido	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Investimento em projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, agropecuárias e não agropecuárias, na região do semiárido.	Até R$ 20 mil.
Pronaf Agroindústria Investimento	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Beneficiamento, processamento, na armazenagem e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, artesanais e na exploração de turismo rural.	Pessoa física: até R$ 165 mil, por beneficiário/ano agrícola. Empreendimento familiar rural - pessoa jurídica: até R$ 330 mil, respeitado o limite individual por sócio relacionado. Cooperativa: até R$ 35 milhões, respeitado o limite individual de R$ 45 mil por cooperado.
Pronaf Agroecologia	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto os enquadrados nos grupos A, A/C e B.	Investimento em sistemas de produção agroecológica ou orgânica.	Até R$ 165 mil, por beneficiário/ano agrícola.

Pronaf Eco	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto os enquadrados nos grupos A, A/C e B.	Implantar, utilizar, recuperar ou adotar tecnologias de energia renovável.	Até R$ 165 mil.
Pronaf Eco Dendê/ Seringueira	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, exceto os enquadrados no grupo B.	Implantação das culturas do dendê ou da seringueira.	Até R$ 88 mil, descontando-se valores contratados das operações vigentes ao amparo do Pronaf Mais Alimentos.

Continua

Continuação

Pronaf Agroindústria Custeio	Agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, desde que, no mínimo, 80% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja própria; Empreendimentos familiares rurais, formados exclusivamente por um ou mais beneficiários do Pronaf, comprovado pela apresentação de relação contendo o número da DAP ativa de cada sócio; no mínimo 70% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada deve ser produzida por seus membros; Cooperativas constituídas por agricultores familiares que apresentem DAP especial 3.2 que comprovem ao emitente da DAP que, no mínimo, 60% de seus participantes ativos são beneficiários do Pronaf e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada é produzida	Financiar as necessidades de custeio, beneficiamento e industrialização da produção.	Pessoa física: até R$ 45 mil, por beneficiário/ano agrícola. Pessoa jurídica: até R$ 210 mil, respeitado o limite individual por sócio/participante. Cooperativa singular: até R$ 15 milhões, respeitado o limite individual de R$ 45 mil por cooperado. Cooperativa central: até R$ 30 milhões, respeitado o limite de R$ 10 milhões por cooperativa filiada e R$ 45 mil por produtor associado

	por cooperados enquadrados no Pronaf.		
Pronaf Floresta	Produtores familiares que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).	Investimento em sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários dos grupos A, A/C e B exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.	Teto de R$ 60 mil por beneficiário, exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais. Para demais finalidades, exceto para beneficiários dos grupos A, A/C e B: teto de R$ 27,5 mil por beneficiário. Para beneficiários dos grupos A, A/C e B: teto de R$ 15 mil por beneficiário.
Pronaf Custeio	Produtor familiar com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), exceto do grupo A e A/C.	Custear as despesas da produção agrícola e pecuária.	Até R$ 250 mil por ano agrícola.

Continua

Conclusão

Pronaf Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf e com DAP ativa, exceto os integrantes dos grupos A, A/C e B.	Crédito para investir no aumento da produção, da produtividade e na redução dos custos, elevando a renda familiar.	Crédito Individual: Empreendimentos de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura - R$ 330 mil; Construção ou reforma de moradias no imóvel rural de propriedade – R$ 50 mil; Demais empreendimentos - R$ 165 mil Crédito Coletivo: até R$ 165 mil por mutuário/ano

			agrícola, limitado a 10 proponentes por operação.
Pronaf Crédito Fundiário	Trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais arrendatários, parceiros, meeiros agregados, posseiros e proprietários de minifúndios. A disponibilização desta linha de crédito está sujeita à análise prévia e aprovação da Unidade Técnica Estadual (UTE).	Aquisição de terras e implantação inicial da atividade agropecuária.	
Pronaf Produtivo Orientado	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, dentre outras finalidades.	Mínimo de R$18.000,00 e máximo de R$40.000,00 por operação, por ano agrícola

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil. S/A. (2020) e Banco do Nordeste (2020) (https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/produtor-familiar/veja-todas-as-opcoes-para-o-produtor-familiar#/ e https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela_grupos_Pronaf-Jul_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b).

Após a institucionalização do Pronaf, as próprias organizações entenderam a necessidade de o Programa atender à diversidade socioeconômica da agricultura familiar, com a preocupação de que a continuidade das regras e normas inicialmente estabelecidas pudessem reproduzir desigualdades expressivas no interior da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Nesse sentido, além da criação do Pronaf B, as políticas públicas para o setor passaram a ter um enfoque mais social e assistencial para atender ao segmento mais vulnerável da categoria. Conforme descrevem os autores,

> (...) em 2002 foi estabelecido o Programa Garantia Safra, voltado ao segmento mais vulnerável desta categoria social, visando garantir renda aos agricultores localizados na região Nordeste do País, norte de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Norte do Espírito Santo, que sofrerem com a perda de safra por motivos de seca ou excesso de chuvas (p. 120).

Os recursos utilizados no Pronaf são provenientes de fontes diversas, de origem pública e privada, operados por instituições distintas e contando com processos decisórios próprios para sua alocação. O desembolso efetivo de cada uma das fontes foi bastante variável desde a criação do Programa, revelando, em alguns casos, uma relação de substituição entre elas e, em outros, uma dinâmica autônoma. As fontes de recursos do Pronaf são o Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT); Fundos Constitucionais de Financiamento – do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) –; recursos próprios dos bancos cooperativos; recursos de Operações Oficiais de Crédito do Orçamento Geral da União (OGU); e os recursos obrigatórios (BITTENCOURT, 2003, p. 117; CONTI et al., 2011, p. 149).

O Pronaf possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Como evidenciado no Quadro 1, os recursos podem ser usados para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. As condições de acesso ao crédito do Pronaf, as formas de pagamento e as taxas de juros correspondentes a cada linha de crédito são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar (BRASIL, 2014).

Posteriormente, as políticas públicas para agricultura familiar passaram a ser pautadas na construção de mercados para segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental, principalmente com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que contribuíram para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e, de certa forma, ressignificaram os produtos da agricultura familiar, acrescentando a eles novos atributos de qualidade, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, cultura e tradição (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

É importante salientar que o Pronaf é um programa implantado em um contexto voltado para implementação de política social, porém inserida na lógica bancária. O fato de as instituições bancárias participarem na definição do Pronaf contribui para adequação do Programa à realidade regional, mas pode haver algumas dificuldades relacionadas à burocracia bancária pelos beneficiários em busca do crédito, devido ao tipo e excesso de documento solicitado.

O crédito só pode ser acessado após apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que comprova se os agricultores se enquadram nas normas previstas. Tal documento pode ser emitido por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural e outras instituições (FERNANDES, 2013). Para que o agricultor familiar tenha acesso ao Programa deve procurar por um agente técnico, credenciado pela Secretaria de Agricultura Familiar do então Ministério de Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), que identifica o agricultor e suas formas organizativas (associações, cooperativas). A DAP deve ser preenchida considerando a unidade familiar de produção como um todo, englobando todos os membros da família que habitam a mesma residência e/ou exploram as mesmas áreas. A ideia é que a DAP permita comprovar se a pessoa que terá acesso ao Pronaf é, de fato, um trabalhador inserido na agricultura familiar, evitando, assim, que pessoas que não se enquadram aos pré-requisitos do Programa recebam o recurso (BRASIL, 2014).

No entanto, de acordo com Zani e Costa (2014) é difícil assegurar a fidelidade dos intencionistas e das organizações que emitem a DAP. Além disso, as deficiências de assistência técnica aos agricultores na elaboração do projeto e na aplicação do

crédito podem acarretar desequilíbrios regionais na distribuição do financiamento. A falta de assistência técnica aos agricultores torna-se, dessa forma, um entrave para implementação do Pronaf, tendo em vista que a frustração das safras dificulta o pagamento do financiamento.

Apesar dos avanços ocorridos na implantação do Pronaf, de acordo com Mattei (2005) houve algumas limitações na operacionalização do Programa, principalmente ligadas ao sistema financeiro, uma vez que o acesso ao crédito pode ser dificultado tendo em vista que os financiamentos para os agricultores familiares menos capitalizados oferecem um risco que as instituições financeiras que disponibilizam o recurso nem sempre pretendem enfrentar. Por isso, visando evitar a seletividade, através de recurso do tesouro nacional, remunerava-se o sistema bancário, pagando custo administrativo de cada operação contratual, além da equalização da taxa de juros do spread bancário.

A despeito de algumas críticas direcionadas ao Programa, sua importância para o desenvolvimento rural pode ser verificada através dos seus efeitos. Mattei (2005), por exemplo, ao analisar os impactos do Pronaf, verificou que houve um aumento do PIB do setor agropecuário e aumento do número de emprego local após o acesso ao Programa. Quanto aos indicadores produtivos, constatou que houve aumento da produção e da área produtiva, o que demonstra a importância social e econômica da forma de produção da agricultura familiar para o setor agropecuário brasileiro. Além disso, possui resultado positivo para o aumento do número de emprego formal e em termos da receita tributária local, uma vez que, normalmente, ocorre aumento da arrecadação.

2.2 O Pronaf Mulher

Considerando especificamente o Pronaf, as linhas de crédito não diferenciavam o acesso para homens e mulheres. Entretanto, com o propósito de permitir à mulher o acesso ao crédito, para que pudesse realizar o investimento na atividade que almejasse, criou-se uma linha de financiamento específica, o Pronaf Mulher, direcionada ao financiamento de investimentos de propostas de crédito para a mulher agricultora. Com isso, o crédito passa a ser visto como um importante

aliado para amenizar as diferenças entre homens e mulheres no que se refere à gestão e trabalho das propriedades familiares (ZORZI, 2008; HERNANDÉZ, 2009).

Um dos fatores considerados para instituição do Pronaf Mulher diz respeito à feminização da pobreza, que está relacionada diretamente com o acesso à terra, o direito à herança, a educação, a participação mínima nos processos de tomadas de decisão e, principalmente, a falta de oportunidade de acesso ao crédito. Isto porque, em 2001, no meio rural brasileiro, apenas 12% dos títulos da terra eram concedidos para as mulheres e, historicamente, o acesso delas ao crédito não ultrapassava 10% do total do valor concedido. Assim, a Portaria n° 121, de maio de 2001, estabeleceu que, no mínimo, 30% dos recursos do Pronaf fossem destinados preferencialmente às mulheres (BRASIL, 2001).

Mas, para além de compreender o contexto de inserção das mulheres rurais, bem como as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, torna-se necessário entender como surgiram essas políticas.

Essa questão ganhou destaque com a criação do Programa de Ações Afirmativas do então MDA. Carvelli e Parente (2017) destacam que a linha de crédito específica para mulheres dentro do Pronaf estabelece somente que elas sejam integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Programa e apresentem um projeto técnico ou uma proposta simplificada, sem fazer distinção em relação à condição civil da mulher. Isto significa que o crédito pode ser concedido independentemente da presença masculina na unidade familiar. Butto (2005) acrescenta que, posteriormente, o Programa de Promoção de igualdade de gênero, raça e etnia da SAF/MDA solicitou alterações no plano de safra de 2005 que permitiram ampliação do microcrédito rural do Pronaf B para as mulheres e, assim, houve aumento do número de contratos de crédito concedidos ao segmento feminino envolvido em atividades da agricultura familiar. Importante ressaltar que o Programa teve um aspecto positivo para as mulheres agricultoras, por representar uma oportunidade de serem reconhecidas como “trabalhadoras”, pelo Estado e pela família, a partir da possibilidade de sua emancipação econômica.

A criação do Pronaf Mulher indicou a importância que a política pública tem na promoção da autonomia econômica das mulheres rurais para superação das desigualdades de gênero, mas, apesar do estabelecimento de cota de no mínimo 30% do Pronaf para as agricultoras, de acordo com Butto (2005) não houve alteração da realidade das mulheres rurais no que se refere ao acesso ao crédito, por falta de estratégia que garantisse a efetivação da política. Nesse sentido, Spanevello, Matte e Boccardin (2016) acrescentaram que apesar do lançamento da portaria é possível observar que, por falta de conhecimento, as mulheres trabalhadoras rurais não demandavam essas linhas de crédito. Muitos avanços precisam ser conquistados pelas mulheres rurais, pois ainda não são consideradas protagonistas da economia rural, embora elas, com seu trabalho no âmbito reprodutivo e produtivo, garantam a reprodução das famílias camponesas e permitam a diversidade produtiva da agricultura familiar (BUTTO, 2005).

Ainda assim, Hernández (2009) destaca os pressupostos do Pronaf Mulher de construir estratégias, desburocratizar e garantir acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Programa e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assim como assegurar carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais. Araújo (2016), por sua vez, acrescenta que o Pronaf Mulher é um programa flexível, uma vez que, desde a sua implantação, vem implementando mudanças que permitem alterar o seu desempenho, visando a maior eficácia e abrangência, a exemplo das variações em seus limites de financiamento e juros. Considera, além disso, que programas como o Pronaf Mulher, destinados à melhoria de condições de vida das mulheres rurais, representam mais que uma política pública de aporte de recursos e assistência aos trabalhadores – representam a possiblidade de acesso à dignidade humana e à consciência de si.

2.2.1 Alcance e limitações do Pronaf Mulher no contexto das relações de gênero e empoderamento

Embora, no Brasil, formalmente, a igualdade de gênero tenha chegado ao patamar mais elevado da hierarquia legislativa, com garantia e consolidação dos direitos fundamentais, ainda necessita de instrumentos de tutela capazes de

concretizá-la também no plano material, pois é evidente que os princípios culturais distanciam as normas legislativas das práticas sociais (OLIVEIRA; FURTADO, 2014).

No âmbito da agricultura familiar a situação não é diferente. De acordo com Sales (2007), na segunda metade da década de 1980 a luta das trabalhadoras rurais abriu novos espaços políticos em que a fala das mulheres começou a ser franqueada com reivindicações pela sindicalização e outros direitos. Depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, e tornam-se mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos. Assim, o reconhecimento legal das mulheres na produção da agricultura familiar foi um passo, mas além da implementação das leis é necessário um conjunto de outras ações que empoderem as mulheres, para que possam usufruir dos seus direitos.

As relações de gênero somam-se às especificidades próprias das unidades familiares. Nas unidades produtivas caracterizadas pelo trabalho dos membros da família não há remuneração do trabalho e, portanto, ele é impossível de ser contabilizado. Além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura. Assim, para a mulher rural, no âmbito da economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas e, portanto, não considerado como “trabalho” (HEREDIA, 2006).

Assim, ao pensar políticas de desenvolvimento para o meio rural é necessário questionar as desigualdades sociais e econômicas que permeiam o debate sobre gênero e agricultura familiar no espaço rural. As desigualdades de gênero no meio rural são refletidas no acesso desigual aos recursos econômicos e benefícios oriundos das políticas públicas. No caso do Pronaf Mulher, embora haja muitos entraves para acessar o crédito, pode-se verificar a seletividades das políticas públicas, que acabam excluindo as mulheres economicamente menos favorecidas. Portanto, o crédito rural destinado às mulheres não se efetiva plenamente enquanto instrumento de empoderamento econômico. É necessário pensar em critérios e metodologias que contemplem as especificidades de gênero

e em normas de acesso que possam ser flexíveis e menos burocratizadas (FERNANDES, 2013).

Cintra e Siliprandi (2011) analisaram, no período de 2003 a 2010, as condições de vida das mulheres rurais com base na consolidação das políticas de atendimento às mulheres rurais. Assim, consideraram que a criação de programas e ações governamentais voltados para a promoção de maior equidade de gênero ocorreu, no período, devido às reivindicações crescentes do movimento de mulheres, associadas à existência de um governo permeável às reivindicações.

De acordo com Spanevello, Matte e Boscardin (2016), mesmo que o Pronaf Mulher possa ser visto como uma política que permite a diminuição das desigualdades de gênero e a inclusão das mulheres, observa-se que esse processo ainda precisa avançar, principalmente em questões internas ao grupo familiar, relativas às relações de poder e ao respeito no grupo familiar. O empoderamento das mulheres implica a alteração da estrutura sobre a qual se baseia o exercício de suas atividades, produtivas ou não, e na reconstrução de relações entre as pessoas em outras bases, com mais parceria, equidade e democracia.

Neste trabalho, o termo empoderamento é considerado como um processo que, sob diversas perspectivas, foi proporcionado pelas condições favoráveis permitidas pelas políticas públicas de crédito direcionadas às mulheres rurais do semiárido. São consideradas as transformações positivas, principalmente nas dimensões econômicas e políticas, por estarem fortemente ligadas aos programas analisados, mas as perspectivas socioculturais, familiares e interpessoais, psicológicas e legais não são descartadas.

No contexto da agricultura familiar o empoderamento das mulheres precisa ser refletido a partir das novas mudanças econômicas. A participação das mulheres do campo nos processos de tomada de decisão é fundamental para eliminar os tradicionais desequilíbrios existentes entre homens e mulheres. Além disso, a participação igualitária é uma questão de justiça e igualdade. Somente a partir da distribuição equilibrada de poder e responsabilidades entre homens e mulheres

poderá melhorar o nível de qualidade de vida da sociedade camponesa (TEDESCH, 2016).

A instituição do Pronaf Mulher não foi um fato isolado. Na verdade, em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, o que propiciou avanços para as mulheres, que foram beneficiadas por um conjunto de políticas mais abrangentes voltadas para o reconhecimento de direitos e para a superação da pobreza, como políticas de reforma agrária, educação, previdência, crédito rural, aquisição de alimentos e assistência técnica. No entanto, Cintra e Siliprandi (2011), advertem que apesar dos avanços alcançados, ainda persistem no país enormes desigualdades regionais, étnico-raciais, e entre as zonas rural e urbana.

Para Mello (2017), o acesso das mulheres rurais ao crédito tem um valor para além do econômico. Isto porque o trabalho feminino, que antes era considerado apenas complemento ao dos homens, passa a ser reconhecido e valorizado por meio de políticas públicas, que podem ser um instrumento para que as mulheres construam e ampliem sua independência. A autora, ao analisar os impactos do Pronaf para as mulheres, em Viçosa/MG, considerou que o Programa proporcionou melhorias na quantidade e na qualidade da produção familiar, além de ter gerado renda e qualidade de vida para as mulheres beneficiárias. Afirmou ainda que, ao participar de um programa de crédito, as mulheres se sentiram mais valorizadas, o que contribuiu para o seu empoderamento.

Hernández (2009), ao analisar o impacto do Pronaf enquanto política de crédito rural, a partir das relações de gênero, na perspectiva do empoderamento das mulheres rurais, no período de 2005 a 2006, na região de Rodeio Bonito, Alto Uruguai, concluiu que o empoderamento das mulheres sob a ótica da dimensão social e política é mínima, uma vez que o crédito significava apenas um aporte à economia familiar e não contribuía para a melhoria da posição da mulher na hierarquia familiar, nem permitiu dar visibilidade ao trabalho feminino dentro da propriedade. Nesta perspectiva, houve apenas um significado simbólico, no sentido de as mulheres se autoconhecerem como cidadãs com direitos legítimos, tendo em vista que historicamente não eram reconhecidas pelo Estado. Assim, segundo a autora, o Pronaf considerou apenas o papel tradicional da mulher,

respondendo às necessidades práticas. Não foi uma política com a perspectiva de gênero, como deveria, pois as mulheres pesquisadas viviam um paradoxo: ao mesmo tempo em que demandavam visibilidade e reivindicações de direitos, deparavam com valores culturais que as mantinham invisíveis.

Para Zorzi (2008), o Pronaf Mulher teve um impacto na transformação das relações das agricultoras. Porém, segundo a autora, há um limite na autonomia das mulheres no que se refere ao poder de decisão, uma vez que elas assumem postura de cooperação familiar de forma que não comprometa a dinâmica já estabelecida, baseada nas diferenciações dos papéis. Assim, o empoderamento devido ao acesso ao Pronaf Mulher apresenta uma dicotomia: de um lado, permite oportunidade de ações, interações e de acesso aos espaços sociais dos quais as mulheres eram excluídas, mas, por outro lado, apresenta limitações socioculturais relacionadas à agricultura familiar.

Ainda assim, pode-se considerar que o Pronaf Mulher possui uma ótica de gênero, uma vez que foi criado com o objetivo de promover a autonomia das mulheres com vistas a superar a desigualdade entre os sexos. No entanto, nem sempre o Programa permite os avanços almejados. Spanevello, Matte e Boscardin (2016), ao analisarem o Pronaf, ressaltaram que o processo de diminuição das desigualdades de gênero ainda precisa avançar muito, principalmente no que se refere às relações de poder e de respeito no grupo familiar, pois o acesso ao crédito, na maioria das vezes, não é uma decisão das mulheres, e sim dos homens. As atividades produtivas são voltadas para o processamento de produtos no âmbito doméstico e para a renda destinada à superação das necessidades familiares.

Assim, o acesso ao crédito não representa mudanças nas relações de gênero e no trabalho na propriedade rural, pois a gestão é sempre realizada pela figura masculina. No entanto, Carvelli e Parente (2017) acreditam que, na dimensão econômica, o Pronaf Mulher possibilitou a emancipação e o empoderamento feminino, pois permitiu, por exemplo, a emancipação econômica das mulheres assentadas na região sul do estado do Tocantins.

Em sua análise sobre o Pronaf Mulher, Butto (2005) constatou que houve algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais para acessar o crédito devido a problemas de regularização fundiária, ausência de documentos civis e sobre a posse da propriedade. Além disso, houve relatos de discriminação contra as trabalhadoras rurais, no âmbito familiar e institucional. Aliados a essas dificuldades existem problemas com as normas, que não definiam claramente o que poderia ser financiado, e o impedimento de mulheres rurais que exercem outras atividades, como as professoras, de acessarem o crédito. Isso se relaciona à falta de esclarecimento sobre as normas, pois o quesito renda varia de acordo com cada grupo do Pronaf. Além desses, outro ponto era a demora na avaliação dos projetos.

Ainda de acordo com Butto (2005), as mulheres não têm muita autonomia econômica para gestão dos recursos que adquirem com seu trabalho e enfrentavam algumas dificuldades para acessar o crédito, pois o próprio instrumento de operacionalização do Pronaf – a DAP – funcionava como barreira, uma vez que apenas um titular representava a família na contratação da operação do acesso ao crédito, e, considerando a desigualdade de gênero na sociedade brasileira, normalmente a figura masculina representava a família. Para superar a situação, a partir de 2005 a DAP passou a ser emitida em nome do casal, a fim de permitir a inclusão das mulheres no Programa.

Em relação às questões de gênero e aos entraves para efetivação do Pronaf Mulher, Fernandes (2013) considera que o excesso de burocracia das instituições financeiras, a falta de preparo dos técnicos para transmitir informações técnicas com uma linguagem apropriada ou simplificada para as agricultoras, a demora em aprovar o projeto e em liberar os recursos atuam como entraves para o Programa. Apesar de o Pronaf Mulher ter sido implantado para dar autonomia econômica e visibilidade ao trabalho das mulheres rurais, esses resultados continuam distantes do ideal proposto, uma vez que o preconceito de gênero enfrentado pelas mulheres constituiu um fator para a negação do crédito. Além disso, em 2013 o número de mulheres beneficiárias do Programa estava longe de atingir os 30% do valor total do crédito concedido.

Ao analisar o panorama atual do Pronaf percebe-se que o acesso das mulheres ao Programa ainda acontece de maneira tímida. No período de janeiro de 2019 a outubro de 2020 apenas 32% do quantitativo dos contratos celebrados para obtenção de crédito rural foram destinados para as agricultoras, o que corresponde a 17% do valor total concedido. No mesmo período, somente 0,3% dos contratos foram celebrados no âmbito do Pronaf Mulher (BACEN, 2020).

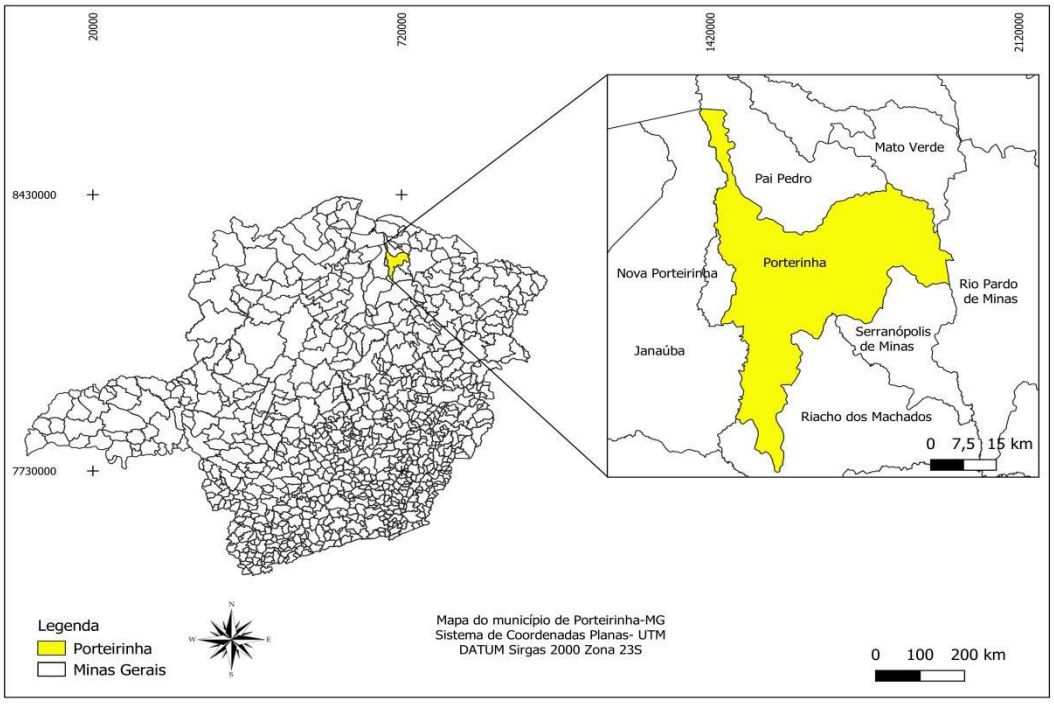
O fato é que, no que se refere à inclusão social, econômica e produtiva, ao empoderamento feminino, em diversas dimensões, e à superação das desigualdades de gênero, não há consenso sobre os efeitos do Pronaf Mulher, apesar de vários estudos realizados para avaliação do Programa. Os efeitos dessa política específica dependem da realidade de cada município e região e de diversos fatores, sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais. No entanto, alguns estudos, como o de Butto (2005) e Silva (2019), revelam que o Programa não gerou grandes transformações na realidade das mulheres rurais, por não haver estratégias que garantissem a efetivação, principalmente quanto ao discurso e à superação das desigualdades de gênero, que dependem do contexto e das formas de relações sociais em que as mulheres rurais estão inseridas.

Mesmo assim, autores como Mello (2017) e Carvelli e Parente (2017) consideram que, no âmbito econômico, o programa permite o empoderamento feminino. Nesse sentido, a análise dos resultados do Pronaf Mulher deverá ser realizada de forma minuciosa e de acordo com a realidade local. Isto sinaliza para a dificuldade de se generalizar os resultados encontrados e aponta para a riqueza e complexidade de análises em profundidade, de cunho qualitativo. Esse é o foco da análise empreendida nesta dissertação, com base em depoimentos de um segmento específico de agricultoras familiares residentes no município de Porteirinha. Os resultados da pesquisa são precedidos, no próximo capítulo, pela indicação das fontes de dados e descrição das estratégias metodológicas e operacionais, assim como por uma caracterização do município.

3. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO

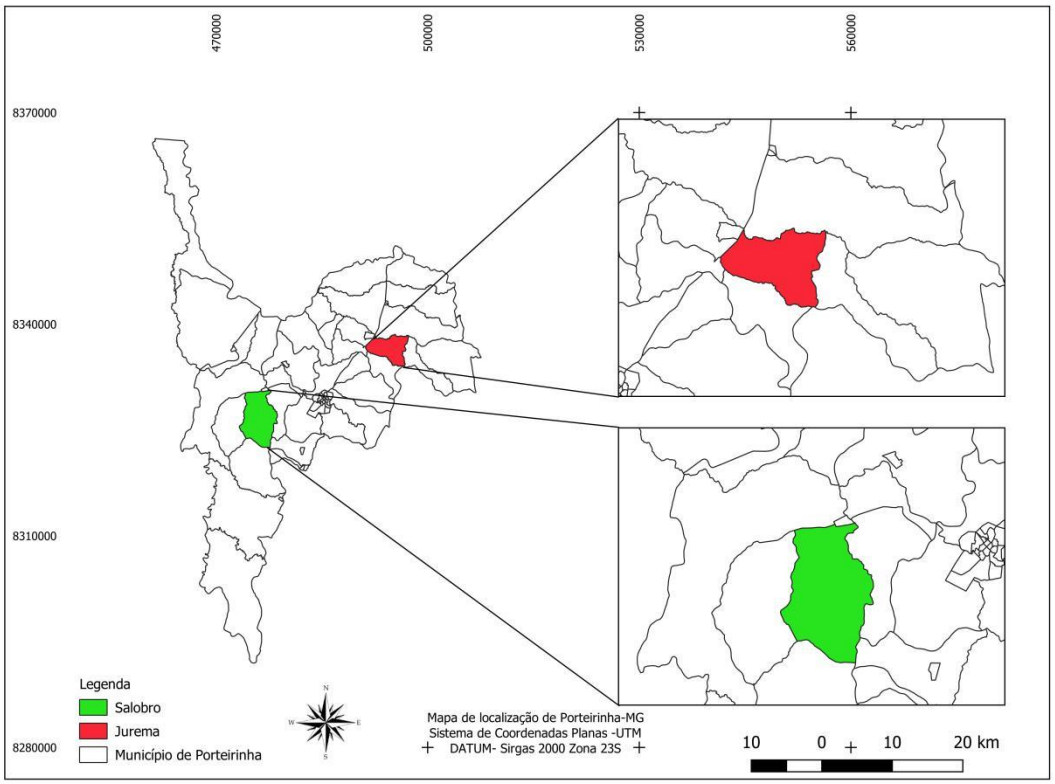
A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo e a discussão sobre o tema é embasada em pesquisa bibliográfica sobre os temas abordados, tais como políticas de crédito rural, Pronaf, Pronaf Mulher, agricultura familiar, semiárido e relações de gênero no contexto da agricultura familiar. Para obtenção de dados empíricos sobre o Pronaf, e notadamente sobre o Pronaf Mulher, no município de Porteirinha (Mapa 1), foi realizada pesquisa de campo com instituições envolvidas no processo de operacionalização do Pronaf e com agricultoras beneficiadas pelo Programa, residentes na comunidade Jurema e no povoado Salobro (Mapa 2). A estratégia de pesquisar as instituições, além das beneficiárias, decorreu da possibilidade de haver percepção diferente em relação ao processo de implantação e funcionamento do Pronaf em Porteirinha, bem como da percepção dos resultados do Programa para o município e particularmente para as agricultoras.

Mapa 1: Localização do município de Porteirinha no estado de Minas Gerais



Fonte dos dados básicos: IBGE (2019). Elaboração: Paulo Ricardo Santos Miranda.

Mapa 2: Localização da comunidade Jurema e do povoado Salobro, no município de Porteirinha



Fonte dos dados básicos: IBGE (2019a). Elaboração: Paulo Ricardo Santos Miranda.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com a utilização de roteiro semiestruturado (Anexos 1 e 2). A entrevista tem várias formas de aplicação e constitui uma técnica de interação social que abrange aspectos objetivos e subjetivos. Por isso, alguns autores tematizam o momento da entrevista como uma situação psicossocial complexa (MIGUEL, 2010). Assim, a escolha da entrevista como instrumento de pesquisa é uma forma de privilegiar a introspecção e a compreensão das experiências dos indivíduos. Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada; uma técnica ou método para descobrir que existe perspectiva ou ponto de vista sobre os fatos (BAUER; GASKEL, 2002).

As comunidades consideradas para seleção da amostra de entrevistadas e as próprias lideranças comunitárias foram indicadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Isto facilitou o processo de realização das entrevistas, pois o contato com a instituição permitiu um conhecimento prévio sobre a realidade e sobre os

principais sujeitos que colaboraram para a consecução dos objetivos da pesquisa. Tal situação encontra-se de acordo com orientações feitas por Brandão (2007), ao refletir sobre a vivência de pesquisa de campo e ressaltar sobre a importância de alguns fatores nos procedimentos de pesquisa, como o de procurar algum conhecimento prévio, nas instituições, sejam elas religiosas, políticas, municipais ou estatais antes de chegar até as comunidades a serem pesquisadas.

As entrevistas foram gravadas, quando autorizadas pelos entrevistados, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3). No caso de entrevistas por telefone o termo foi lido e a entrevista foi iniciada somente após autorização expressa da pessoa entrevistada. Os representantes de instituições autorizaram a divulgação dos nomes na pesquisa, mas optou-se por evitar tal exposição, de maneira a resguardar a privacidade de todos os entrevistados.

Para realização da pesquisa de campo, primeiro foi realizada uma visita ao município de Porteirinha, no dia 06 de maio de 2020, para identificar, junto às instituições, os profissionais envolvidos com o Pronaf e as agricultoras beneficiadas pelo Programa, para posterior realização da entrevista. A partir dessa visita, foram identificados os principais agentes que poderiam colaborar para análise e para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

Na mesma data foi realizado um pré-teste do roteiro/questionário com duas agricultoras, sendo uma da Associação de Mulheres de Jurema e outra da Associação de Agricultores de Salobro, com o objetivo de identificar e minimizar possíveis falhas no instrumento de coleta de informações, corrigir o vocabulário e ajustar a linguagem, de maneira a possibilitar a formulação do roteiro definitivo. No pré-teste com roteiro para entrevistar as agricultoras não foram verificadas falhas que pudessem comprometer a realização da entrevista, tendo em vista que as questões foram respondidas de forma automática e natural, demonstrando que estavam claras para as agricultoras e a linguagem utilizada era apropriada.

A diferença de linguagem utilizada entre o entrevistador e o entrevistado, e até mesmo o vocabulário empregado no instrumento da coleta de dados, pode provocar distorção dos resultados da pesquisa. Segundo Thiollent (1986), ao

organizar o plano da prática da pesquisa é necessário atentar para que elementos teóricos sejam adaptados e traduzidos em linguagem comum, de modo a permitir a compreensão. Em razão disso, as ambiguidades de linguagem devem ser sanadas para coleta dos dados e deve ser apropriada, uma vez que a diferença de linguagem é um obstáculo para a compreensão.

3.1 A Pesquisa com as Instituições

Para coleta de dados sobre o Pronaf foram realizadas entrevistas com as quatro instituições envolvidas de alguma forma com o processo de operacionalização do Programa, no município: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Porteirinha, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), e na Empresa Privada Ponto 2 – Consultoria e Projetos. Neste caso, o roteiro para entrevistas não foi testado previamente, a fim de não comprometer a inclusão das instituições na amostra. Essas instituições foram selecionadas por estarem diretamente envolvidas com a implementação do Pronaf em Porteirinha, sendo potencialmente capazes de proporcionar informações precisas sobre o Programa e sobre seus efeitos na vida das agricultoras.

As entrevistas com as instituições foram realizadas no período de 11 a 14 de maio de 2020 e tiveram duração média de 30 minutos. Foram realizadas presencialmente em visita às instituições. A primeira entrevista para coleta de dados foi realizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Porteirinha, com a Diretora/Secretária da Pasta de Agricultura e Agroecologia, que trabalha com a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Pelo fato de o Pronaf ser operacionalizado em parceria entre as instituições, o Sindicato, devido ao conhecimento efetivo sobre agricultura familiar, indicou as comunidades e suas respectivas lideranças para a realização da pesquisa com as agricultoras beneficiárias do Programa.

A entrevista na Emater, em Porteirinha foi realizada com um engenheiro agrônomo, extensionista agropecuário. A pessoa entrevistada acompanhou o processo de implantação do Pronaf no município, além de realizar o trabalho de

acompanhamento e assistência à agricultura familiar. A Emater atua na emissão da DAP e também na elaboração de projetos, um dos requisitos para o acesso ao crédito. Contudo, foi informado que os projetos, em sua maioria, são elaborados por instituições privadas. O objetivo de entrevistar representante da Emater foi o de tentar obter informações que permitissem entender todo o contexto do processo de implantação do Pronaf no município, além do fornecimento de dados relevantes para discussão sobre os efeitos da política de crédito rural para o município e para a vida das agricultoras, dentre outros aspectos.

Para compreender o processo de elaboração dos projetos para o acesso ao crédito, foi realizada entrevista com uma das empresas privadas do município, a empresa Ponto 2 – Consultoria e Projetos, onde foi entrevistado um engenheiro agrônomo responsável pela elaboração de projetos para as agricultoras. Durante a entrevista foram coletados dados e informações importantes sobre a documentação exigida para elaboração dos projetos e forma de pagamento, dentre outras.

Foi realizada, ainda, uma entrevista com um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, do povoado de Jurema. Trata- se de uma liderança comunitária que vem atuando na orientação sobre o Pronaf, além de ser responsável por representar a demanda das agricultoras e de forma geral da agricultura familiar da comunidade, junto ao CMDRS. A entrevista com o representante da referida instituição foi necessária em função de o Conselho estar ligado à gestão de praticamente todas as políticas e programas públicos para o desenvolvimento rural.

Para coleta de dados nas instituições foi realizada apenas entrevista e discussão sobre os documentos que são elaborados como requisitos para o acesso ao crédito. Em decorrência das limitações impostas pelos protocolos adotados em meio à epidemia do coronavírus, não foi possível realizar análise de documentos referentes ao Pronaf, emitidos pelas instituições. Ainda assim, por ocasião das entrevistas obteve-se acesso aos modelos de documentos, como DAP e Projetos.

Em função do isolamento social não foi realizada entrevista com as instituições financeiras que disponibilizam o crédito, como Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

3.2 A Pesquisa com as Agricultoras Beneficiárias do Pronaf

Como dito anteriormente, as comunidades de residência das agricultoras beneficiárias do Pronaf foram selecionadas por indicação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Porteirinha e por haver nessas comunidades um número significativo de mulheres titulares do Pronaf.

Os sujeitos da pesquisa foram 12 agricultoras, titulares do Pronaf, que acessaram o Programa no período de 2005 a 2018, residentes no meio rural, no município de Porteirinha/MG. As mulheres entrevistadas foram selecionadas em meio àquelas atendidas pela Emater, associadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ligadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, participantes do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas e membros da Associação de Mulheres de Jurema e da Associação de Agricultores do Povoado Salobro.

Foram entrevistadas seis agricultoras da comunidade Jurema e seis do povoado Salobro, no período de 11/05/2020 a 26/05/2020. As entrevistas com as agricultoras da comunidade Jurema foram realizadas de forma presencial, na Associação de Mulheres do Jurema, individualmente. Já na comunidade de Salobro as entrevistas foram realizadas por telefone.

Na primeira visita de campo, de identificação, as agricultoras foram informadas dos objetivos e parâmetros da pesquisa. Isto contribuiu para que não tenha havido nenhuma dificuldade ou recusa, pois só compareceram à reunião aquelas que já estavam a par do assunto e que concordaram com a participação.

Apesar da facilidade na aplicação da entrevista e da realização do pré-teste do roteiro houve uma questão que demandou alteração durante a pesquisa de campo. No momento da pesquisa foi verificado que um termo utilizado em um dos itens do roteiro levou a resposta que desviava da proposta da pergunta formulada.

Após essa ocorrência a pergunta foi reformulada, de forma a permitir melhor compreensão por parte das agricultoras.

Tal procedimento foi embasado na formulação de Bauer e Gaskel (2002), que consideram que o roteiro ou tópico guia para entrevista depende de atenção detalhada e de um entrevistador bem preparado, uma vez que é planejado para dar conta dos fins e dos objetivos da pesquisa. Ele funciona fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco, mas, caso haja necessidade, o roteiro poderá ser modificado e a imaginação social e cientifica deverá ser usada. Dessa maneira, o roteiro/tópico guia deve e pode ser usado com flexibilidade.

Durante as entrevistas na comunidade Salobro, realizadas por telefone, com o apoio logístico de uma das agricultoras, líder comunitária e agente de saúde, que também participou da pesquisa, não foram registradas intercorrências.

3.3 O Universo de Investigação

Situado no semiárido mineiro, o município de Porteirinha foi escolhido como universo de investigação por agregar um número elevado de mulheres rurais que fazem parte do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, por meio do qual já discutem seus direitos, fato que, de certa forma, não apenas facilita a pesquisa sobre a atuação do Pronaf Mulher, como também favorece a discussão sobre a percepção de tal atuação na perspectiva das relações sociais de gênero.

Dados disponibilizados pelo IBGE (2020) revelam que em 2000 residiam em Porteirinha um total de 37.761 pessoas, 48,0% delas no meio urbano e a maioria (52,0%) na zona rural. Em 2010, por ocasião do recenseamento censitário, a população de Porteirinha havia decrescido para 37.627 habitantes, dos quais 51,4% residiam no setor urbano e 48,6% em área rural. Portanto, a maioria da população passou a residir no perímetro urbano do município. A extensão territorial de Porteirinha é de 1.749,68 km^2 e a densidade demográfica, em 2010, era de 21,5 hab./km^2. A população estimada pelo IBGE para Porteirinha em 2020 é de 37.864 habitantes, com taxa de crescimento anual de 0,06%. Embora a

estimativa não tenha sido desagregada por setor de residência, é de se esperar que a maior parte da população permaneça residindo no meio urbano.

Porteirinha, a exemplo do conjunto do Brasil e de Minas Gerais, vem experimentando um processo de envelhecimento populacional. Dados divulgados pela plataforma IDHM (2013) mostram que, em 2000, a razão de dependência – percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população em idade ativa) – era de 59,6%, tendo diminuído para 46,1% em 2010. Paralelamente, a taxa de envelhecimento – razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total – aumentou de 5,8% em 2000 para 8,3% em 2010. Esse processo de envelhecimento populacional é resultante da combinação de redução expressiva da taxa de fecundidade total – número médio de filhos nascidos vivos, por mulher em idade reprodutiva – (que em Porteirinha decresceu de 5,1 em 1991 para 3,0 em 2000 e 1,8 em 2010), elevação da longevidade (a esperança de vida ao nascer aumentou de 60,6 anos em 1991 para 66,9 anos em 2000 e para 72,7 anos em 2010), e saldo migratório negativo (a maioria dos emigrantes é constituída por pessoas jovens em idade ativa e reprodutiva).

Ainda com base em dados censitários, verifica-se que houve avanços significativos nas condições habitacionais em Porteirinha. O percentual da população residente em domicílios com água encanada aumentou de 26,5% em 1991 para 49,0% em 2000 e para 75,9% em 2010. No mesmo período também houve aumento da percentagem da população residente em domicílios com energia elétrica (46,8%, 84,1% e 98,5%, respectivamente) e em domicílios com banheiro e água encanada (25,9%, 41,9% e 69,4%, respectivamente). No entanto, em 2010, apenas 18,7% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de Porteirinha manteve-se em patamar considerado baixo em 1991 (0,314) e 2000 (0,482) e passou para a faixa de nível médio em 2010 (0,651). O crescimento do índice deveu-se, sobretudo, ao componente educação (medido pelos percentuais de pessoas com 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, de 5 a 6 anos na

escola, de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental, de 15 a 17 anos com fundamental completo e de 18 a 20 anos com ensino médio completo), embora tenha havido também melhoria nos componentes longevidade (esperança de vida ano nascer) e renda (renda per capita).

Em 2017 o PIB per capita de Porteirinha era de R$8.663,01, com 8,7% da população ocupada. Também em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salário mínimo (IBGE, 2017). A economia do município se estrutura principalmente com base no setor agropecuário, onde está concentrada a maior parte da população ocupada. As principais atividades econômicas são a pecuária de leite e corte, agricultura familiar voltada para a pequena produção de hortifrutigranjeiros, mel e extrativismo sustentável, pequenas agroindústrias de leite e derivados, cana e derivados e mandioca e derivados, além de comércio e serviços diversos.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que Porteirinha possui 3.241 estabelecimentos agropecuários, sendo 2.556 (78,9%) da agricultura familiar, considerando os requisitos para classificação da agricultura familiar ou empreendimentos familiares estabelecidos no Decreto 9.064. Do total de estabelecimentos, 50,9% são propriedades individuais e os 49,1% restantes são geridos por meio de condomínio, consórcio ou união de pessoas. Em 2006 a situação era bem diversa, com 99,5% dos 3.546 estabelecimentos agropecuários sendo de propriedade individual. A composição por sexo dos proprietários de estabelecimento agrícolas não variou entre 2006 e 2017, sendo a maioria (85,6%) de homens e 14,4% de mulheres.

O Censo Agropecuário de 2017 investigou a escolaridade dos produtores agropecuários e revelou que, em Porteirinha, 31,1% deles nunca frequentaram escola. Adicionalmente, outros 9,3% concluíram classe de alfabetização (6,0%) ou alfabetização de jovens e adultos (3,3%). Quase ¼ dos produtores concluíram o antigo primário (24,6%) e 22,5% declararam ter concluído curso regular do ensino fundamental ou 1º grau. A estrutura etária dos produtores rurais parece bem envelhecida: apenas 0,3% tinham menos de 25 anos, ao passo que 49,2% estavam na faixa etária de 45 a 65 anos e 30,6% tinham 65 anos ou mais.

Informações oriundas do Censo Agropecuário de 2017 apontam que, em Porteirinha, da área total de 97.777 hectares ocupada com estabelecimentos agropecuários apenas 0,8% eram irrigadas. Tendo em vista que se trata de um município do semiárido mineiro, que a atividade agropecuária é um dos pilares da economia, a irrigação poderia facilitar o desenvolvimento do município.

Em 2017, do total de estabelecimento agropecuários, 94,5% declararam não ter recebido assistência técnica, 59,7% disseram não ter feito adubação e 63,1% relataram ter utilizado agrotóxicos. Chama a atenção o fato de que mais de dois terços dos estabelecimentos (68,8%) não obtiveram financiamentos ou empréstimos. Do total de 1.011 estabelecimentos que contaram com financiamento, quase dois terços (66,1%) foram contemplados com recursos do Pronaf, o que demonstra a importância que esse sistema de crédito rural tem no município de Porteirinha.

3.3.1 O contexto de inserção do Pronaf em Porteirinha

Quando se discutem políticas públicas para mulheres rurais é necessário destacar o contexto em que elas estão inseridas, bem como alguns processos de construção dos programas com os quais foram contempladas. Assim, o foco, no caso das mulheres inseridas no setor da agricultura familiar no município de Porteirinha, pertencente ao semiárido norte-mineiro, requer que se considerem, primeiro, algumas especificidades dessa região. Analisar políticas públicas para mulheres rurais do semiárido implica a compreensão do território nos âmbitos econômico, político, social, histórico e cultural. Entender toda a dinâmica do espaço em que as mulheres estão é essencial para uma análise mais aprofundada da realidade, o que permitirá entender melhor a importância e os efeitos dos programas destinados a esse segmento da população no semiárido.

Para Campelo (2013), as políticas públicas de fomento à população rural promovidas pelo Estado são essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido. Isso porque não há como pensar no desenvolvimento da agricultura familiar sem a intervenção do Estado, tendo em vista toda a carência da região e os limites impostos pelo clima. Segundo o autor, “nas áreas de

semiárido de agricultura tradicional, a relação entre mercado e a agricultura familiar é perversa e inviável, não sendo possível competir com o mercado globalizado" (p. 11). No caso das mulheres a situação é mais grave, pois além de muitas delas não possuírem o título da terra e/ou documentação, o seu trabalho é desvalorizado e a decisão da comercialização é quase sempre centrada nos homens. Todavia, a participação das mulheres rurais em grupos de produção e em eventos políticos tem permitido novos processos e reflexões sobre sua própria situação e sobre aquilo que se passa em torno delas.

A necessidade de formulação e de implementação de políticas públicas que tenham como objetivo tratar as especificidades do semiárido é também ressaltada por Aguiar et al. (2019). Com o advento de uma agricultura preocupada com os fatores ambientais, as políticas públicas para a agricultura familiar em clima semiárido têm como princípio a convivência com o clima. Há, inclusive, o Pronaf Semiárido, que constitui uma linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focada na sustentabilidade dos agroecossistemas, de modo a priorizar infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, incluindo aquelas relacionadas a projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida (CAMPELO, 2013).

Assim, o Pronaf Semiárido, diferentemente das antigas políticas, que eram hegemonicamente voltadas para o combate à seca, voltou-se para uma concepção de convivência e de relação com a natureza (TOLENTINO, 2016). Nessa perspectiva e diante da crise hídrica e de outros fatores que afetavam e afetam o semiárido, a política desenvolvimentista para a modernização do campo se efetivou com a implantação de obras de infraestrutura para o combate à seca. De acordo com Andrade (1973), as atividades agrícolas irrigadas às margens do São Francisco e o desenvolvimento da agricultura geraram serviços e condições mais estáveis, com possibilidade de rendas superiores para a população. Acresça-se a isso que houve o desenvolvimento da pesca. Assim, pode-se inferir que a política desenvolvimentista transformou a realidade do semiárido.

Silva (2006), para compreender a trajetória das políticas públicas, contextualizou as ações governamentais no semiárido desde o período colonial até o século XXI, passando pela ocupação do espaço, com disseminação das atividades produtivas e criação de instituições para implementar políticas de combate à seca, quando as políticas emergenciais passaram a ter caráter permanente. O crescimento econômico da região acompanhou a média nacional, mas não houve melhoria nos indicadores sociais, nem perspectivas de futuro promissor, pelas limitações dos serviços básicos. Os programas de irrigação, pesquisa tecnológica, modernização agrícola, desenvolvimento da fruticultura e criação do Polo Nordeste e do Projeto Sertanejo contribuíram para um novo semiárido e permitiram o aumento da produtividade na fase de desenvolvimento. No entanto, a modernização conservadora permitiu a manutenção da estrutura socioeconômica sem alteração da estrutura agrária, com benefícios aos grandes proprietários e impactos em diversos aspectos.

Gomes (2001), com o objetivo de estudar os impactos econômicos e sociais da seca e as políticas públicas a ela relacionadas, demonstrou as transformações recentes do semiárido, que vão desde o declínio da economia agropecuária tradicional até as novas formas de produção (ou de apropriação da renda). Fez também algumas análises sobre o efeito da seca e a dinâmica econômica da região e mostrou que a economia tradicional agropecuária vem enfrentando declínio relativo (em alguns casos, absoluto), há várias décadas, já tendo deixado de ser o setor mais importante do semiárido. Nessa perspectiva, o autor faz uma crítica à realidade do semiárido e às políticas públicas direcionadas à região e destaca a nova economia que emergiu.

Ao se referir ao declínio da economia tradicional do semiárido, Gomes (2001) demonstra que a economia é, de fato, rural, centrada no trinômio pecuária/algodão/produção de alimentos, caracterizada pela concentração da posse da terra, com pequenas propriedades responsáveis pela maior parte da produção de alimentos e com grandes propriedades dedicadas à pecuária.

Políticas de diversas áreas que permitam a produção do alimento, ainda que voltadas apenas para a subsistência, são, desse modo, essenciais diante dessa realidade. Nesse caso, o Pronaf, assim como o Pronaf Mulher, pode ter efeito

positivo de intervenção na região para a geração de renda, especialmente no caso do semiárido norte-mineiro, onde está localizado o município de Porteirinha, que constitui o universo de análise desta dissertação.

Para discutir políticas públicas para mulheres rurais do semiárido norte-mineiro e compreender a situação atual é necessário compreender melhor o espaço, a região, como se deu a evolução econômica desse espaço, como ocorreu o processo de povoamento e como foi a implantação das políticas públicas.

A região Norte de Minas teve sua ocupação e povoamento feitos, predominantemente, por três grupos: os indígenas, os invasores europeus e os escravos africanos. Essa ocupação permitiu uma mistura de traços culturais característicos desses povos, sendo que os indígenas influenciaram de modo bem marcante essa região (RODRIGUES, 2000).

A economia norte-mineira, a princípio, evoluiu como extensão da economia açucareira. A bovinocultura extensiva surgiu com o objetivo de abastecer a zona açucareira, porém tal atividade tinha uma rentabilidade relativamente baixa, constituída pela venda do gado e pela exportação do couro. A articulação econômica do Norte de Minas com o Nordeste iniciou-se desde o período colonial, já que são regiões com características similares. O subdesenvolvimento da região era visto como consequência da seca, a partir de uma visão reducionista. De acordo com Rodrigues (2000), no final dos anos 1950 surge um novo olhar sobre o subdesenvolvimento, em que fatores ecológicos, econômicos, sociais e políticos também foram considerados responsáveis pela condição econômica da região.

Nesse contexto, o subdesenvolvimento do Norte de Minas é um problema social e econômico, proveniente do processo histórico e não apenas um problema físico e geográfico. A criação da Sudene, com vistas a promover o desenvolvimento, permitiu condições favoráveis para o crescimento econômico do Norte de Minas, possibilitando ao Estado ter um papel importante para expansão do capital na região, uma vez que assegurava as condições necessárias para o financiamento das indústrias e, assim, permitia o dinamismo econômico.

A região norte-mineira era vista como uma região problema em relação às outras regiões do estado. Em 1995, por exemplo, o PIB per capita da região encontrava-

se abaixo do estadual e, pelo fato de o processo de industrialização ter ocorrido de forma concentrada em alguns municípios, a economia e as condições de vida da população eram bastante heterogêneas. A participação ativa do Estado permitiu o crescimento econômico da região, mas ela permanece subdesenvolvida, pois o problema se deve à forma de organização social e econômica proveniente de um processo histórico, e não propriamente a um problema físico e geográfico, pois a seca apenas aciona as fragilidades existentes. Ainda de acordo com Rodrigues (2000), a política de fomento à agropecuária da região se deu conforme as políticas nacionais para a modernização do setor. Uma das principais políticas foi o crédito rural. Apesar do dinamismo econômico, no ano 2000 a região ainda se destacava pelas baixas condições de vida da população, principalmente nas áreas rurais, situação ainda vigente ao final das duas primeiras décadas do século XXI.

3.4 O Funcionamento do Pronaf em Porteirinha

As parcerias entre as diversas instituições responsáveis pela gestão do Pronaf, como Emater, Sindicato de Trabalhadores Rurais, CMDRS, instituições financeiras, dentre outras, foram essenciais para a divulgação da política pública e para a orientação dos agricultores familiares no processo de implantação do Programa no município de Porteirinha. Informações obtidas durante a pesquisa de campo revelaram que o Pronaf foi implantado no município de Porteirinha principalmente com a liberação do crédito para infraestrutura, através do Pronaf B.

Para discussão sobre o processo de implantação do Pronaf no município de Porteirinha e sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, foram coletadas informações em algumas instituições envolvidas com o Pronaf, como Emater, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Empresa Ponto 2 – Consultorias e Projetos e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Há outras instituições envolvidas com o Pronaf, como as instituições financeiras e outras empresas privadas, mas as adversidades impostas pelo isolamento social impediu que fossem contatadas.

Cada instituição possui um papel para implementação do Pronaf no município e o trabalho de cada uma delas ocorre de forma individual ou como uma rede de parcerias para a execução do Programa. A Emater, assim como outras instituições, é responsável, pela emissão da DAP, pela orientação dos agricultores e, a princípio, elaborou alguns projetos. No entanto, pela escassez de técnicos e pelo excesso de atividades atribuídas à referida instituição, atualmente os projetos são elaborados por instituições privadas. De acordo com informações da Emater, existem no município quatro empresas privadas responsáveis pela elaboração dos projetos.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha, de acordo com informações da Secretária da Pasta da Agricultura e da Agroecologia, também é responsável pelo preenchimento da DAP, principalmente para colaborar com as outras instituições envolvidas, como a Emater, por exemplo. O Sindicato de Trabalhadores Rurais, enquanto representante da classe, tem conhecimento da realidade dos agricultores, o que permite melhor caracterização da agricultura familiar, de modo a impedir injustiças ou privilégio no acesso ao crédito. Os membros do sindicato responsáveis pela emissão da DAP foram capacitados pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável tem missão importante na implementação e operacionalização do Pronaf. O representante da comunidade Jurema, no município de Porteirinha, enquanto líder comunitário, informou que se responsabiliza pela orientação, convocação para as reuniões e pela transmissão de informações. Isto, contudo, não significa dizer que o CMDRS implementa ou operacionaliza o Pronaf, embora ele continue exercendo um papel importante[1], como identificado no município de Porteirinha.

A empresa Ponto 2 – Consultoria e Projetos atua na elaboração dos projetos e informou que o acesso ao crédito depende das atividades a serem desenvolvidas

[1] Em 1999 instituiu-se a exigência de criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e de elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) para acessar o Pronaf Infraestrutura. Mas em 2003, com a reformulação do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a ser responsável pela gestão do Pronaf Infraestrutura, associando essa modalidade do Programa à noção de desenvolvimento territorial.

com o recurso. Para submissão dos projetos são exigidos documentos pessoais, como cadastro de pessoa física, identidade, Declaração de Aptidão ao Pronaf e documentos da terra – escritura ou declaração de posse –, sendo que a escritura deverá ser registrada e a declaração de posse deverá ser emitida pelo sindicato. Um documento que antes não era exigido e atualmente é solicitado é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que se baseia em informações sobre as fontes de água que serão utilizadas para o desenvolvimento da atividade após o acesso ao crédito. Se a água utilizada for proveniente de poço ou rio, a licença deverá ser apresentada; se for proveniente da chuva, deverá ser apresentada uma declaração. Como muitas vezes o acesso ao crédito visa o desenvolvimento da pecuária de leite e aumento do rebanho, para elaboração do projeto é exigida a ficha sanitária, com vistas a comprovar a devida vacinação dos animais já existentes na propriedade. É exigido ainda o orçamento e as informações sobre a propriedade para composição do projeto.

Para elaboração dos projetos a empresa cobra normalmente um montante que corresponde a 2% do valor total do crédito financiado, mas no caso de acesso ao crédito de alto valor, o pagamento é negociado entre a empresa e os agricultores. Após a aprovação do crédito, o pagamento à empresa é realizado, tendo em vista que a taxa de pagamento vem incluída no financiamento. A empresa acompanha apenas a gestão financeira do crédito e a emissão de notas fiscais. Assim como as instituições públicas e as organizações da sociedade civil, as empresas privadas possuem um papel essencial para implementação do Pronaf no município de Porteirinha. Elas são responsáveis pela elaboração dos projetos, os quais são requisitos para acessar o crédito do Programa.

A princípio, o Pronaf beneficiou as famílias de agricultores familiares do município, com os titulares do crédito sempre representados pela figura masculina, uma vez que a DAP era emitida em nome do homem ou chefe da família. Com isto, no início, as mulheres rurais que necessitavam do crédito para desenvolvimento das suas atividades, sejam agrícolas ou não agrícolas, ficaram prejudicadas. Porém, com a pressão do movimento das mulheres do município em busca dos seus direitos e após o entendimento pelas instituições envolvidas na gestão do

Programa sobre a possibilidade de dupla titularidade da DAP, as agricultoras passaram a ter acesso ao crédito.

Isto aconteceu ainda antes da implantação do Pronaf Mulher no município, que ocorreu a partir de 2005. Porém, de acordo com a Secretária da Pasta de Agricultura e de Agroecologia do Sindicato de Trabalhadores Rurais, mesmo com o Pronaf Mulher nem 1% das agricultoras do município acessaram o crédito, devido ao preconceito de gênero. Apesar de ser uma política destinada especificamente para as mulheres e que visa a autonomia econômica delas e a superação das desigualdades de gênero, as mulheres enfrentaram diversos preconceitos e entraves, principalmente nas instituições financeiras responsáveis por disponibilizar o financiamento.

De fato, a realidade do Pronaf Mulher no município de Porteirinha ocorreu de acordo com o que ressaltou Butto (2005), pois no que se refere ao acesso a crédito, faltaram estratégias para garantir a efetivação do Programa enquanto política pública específica para as mulheres rurais. Essa falta de estratégia permitiu que não ocorressem as devidas transformações da realidade das agricultoras. A escassez do número de agricultoras que acessaram o crédito também pode ser atribuída aos entraves operacionais ocasionados pelo próprio instrumento de operacionalização da política, a DAP, mesmo com a possibilidade de dupla titularidade.

De acordo com relatos da Secretária da Pasta de Agricultura e Agroecologia do Sindicato, ao solicitarem o acesso ao Pronaf Mulher as agricultoras enfrentavam preconceito e, por isso, era oferecido o Pronaf familiar, com base na dupla titularidade. Em alguns casos as instituições financeiras prometiam disponibilizar o crédito via Pronaf Mulher, mas no ato da assinatura do contrato era verificado que o crédito disponibilizado era proveniente do Pronaf familiar. Isto levou o movimento de mulheres a solicitar que as instituições financeiras disponibilizassem um relatório comprovando a situação de adimplência das agricultoras que já haviam acessado o crédito, com vistas a verificar se havia motivos efetivos para o preconceito. No entanto, o relatório não foi disponibilizado, uma vez que a maioria das agricultoras não era inadimplente. A questão da discriminação em função do preconceito de gênero foi também verificada no caso

de mulheres rurais de Santa Catarina, como apontado no estudo de Fernandes (2013).

Ainda assim, de acordo com a Emater e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Pronaf foi importante, já que permitiu o desenvolvimento das atividades e incentivou a produção, a melhoria na propriedade rural, nas moradias e na qualidade de vida das famílias, com ampliação das atividades, e até mesmo da propriedade, e a geração de renda.

4. PERCEPÇÕES SOBRE O PRONAF EM PORTEIRINHA: A VISÃO DE INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS E DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA

Como já foi dito anteriormente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura da Familiar, institucionalizado em 1996, foi a principal política de crédito voltada para a agricultura familiar no Brasil. A princípio, foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar para aumento da capacidade produtiva com geração de emprego e renda, e melhoria da qualidade de vida da população rural, tendo como principal eixo de atuação a concessão de crédito rural subsidiado.

Apesar da sua importância para o desenvolvimento econômico, o Pronaf, como toda política pública, passou por críticas que contribuíram para o seu aperfeiçoamento, principalmente no início da implementação. Carneiro (1997), por exemplo, destaca que o modelo de modernização da agricultura subjacente na concepção das linhas de atuação do Pronaf teve como referência a experiência europeia, sem considerar as peculiaridades de cada conjuntura e os contextos históricos de cada realidade quando se trata de importar modelos de políticas e programas adotados em outros países. Além disso, adverte que os critérios para identificar o agricultor beneficiário do programa, de princípio, eram excludentes, já que consideravam alguns estabelecimentos familiares como economicamente inviáveis e inadequados, devido à infraestrutura disponível.

Diversas críticas em várias dimensões foram destinadas ao Programa, que passou por várias transformações para atender à heterogeneidade da agricultura familiar, setor importante para o desenvolvimento rural brasileiro. Várias linhas de crédito foram surgindo para atender às peculiaridades da agricultura familiar, conforme apresentado no Quadro 1 (Capítulo 2). A análise empreendida nesta dissertação, e especificamente neste capítulo, está centrada no Pronaf de maneira geral, independente da linha de crédito, porém com enfoque nos efeitos na vida das mulheres rurais beneficiárias do Programa e, portanto, em alguma medida, com ênfase no Pronaf Mulher.

Este capítulo apresenta uma discussão acerca do funcionamento do Pronaf em Porteirinha sob duas perspectivas diferentes: a percepção das instituições envolvidas na operacionalização do Programa e de agricultoras beneficiadas. A discussão focaliza as dimensões social, econômica e produtiva, incluindo uma reflexão crítica sobre as relações de gênero e empoderamento feminino.

A análise está embasada em entrevistas que, no caso das beneficiárias do Pronaf, foram realizadas com dois grupos de mulheres residentes no município de Porteirinha, sendo seis residentes na comunidade Jurema e seis no povoado Salobro. Nas entrevistas foram abordadas questões referentes a renda, propriedade, produtividade, gestão de recursos, fatores positivos e negativos do Programa, assim como aspectos que podem ter ensejado transformações nas condições de vida das agricultoras e mudanças no cenário socioeconômico de Porteirinha (Anexos 1 e 2).

A análise embasada na percepção dos entrevistados – representantes de instituições envolvidas no funcionamento do Pronaf em Porteirinha e beneficiárias do Programa – é precedida por uma breve discussão conceitual envolvendo gênero e empoderamento feminino no contexto específico desta dissertação.

4.1 Breve Discussão Conceitual sobre Gênero e Empoderamento Feminino

Para que a influência do Pronaf sobre gênero e empoderamento feminino seja discutida é primordial que se entenda em que consiste esses dois termos. Sendo assim, é necessário discorrer sobre as origens da discussão envolvendo gênero e empoderamento enquanto categorias conceituais e como vêm sendo utilizados no decorrer da história.

De acordo com Scott (1989), o termo gênero era utilizado pelas feministas como maneira de referir-se à organização social das relações entre os sexos. O uso do termo apareceu, a princípio, no discurso das feministas americanas, fundamentado no caráter social das distinções baseadas no sexo. As pesquisas sobre o tema consideravam que a desigualdade de poder se organizava em, no mínimo, três eixos – classe, raça e gênero –, porém não existia uma paridade

entre os três termos, tendo em vista que a categoria classe baseava-se na teoria marxista da determinação econômica e da mudança histórica, ao passo que as categorias raça e gênero não consideravam associações. Assim, a teorização de gênero não se distanciava dos padrões tradicionais das ciências sociais. Por isso, a partir das críticas sobre a teoria uma abordagem alternativa foi proposta, principalmente pelos historiadores, com uma perspectiva mais descritiva, sem atribuição da causalidade, sem interpretação e sem explicação da realidade.

Nesse contexto, o uso da categoria gênero foi uma procura de legitimidade acadêmica pelas feministas nos anos 1980, pois nas pesquisas anteriores o termo era sinônimo de mulheres. No entanto, era também igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, indicando as construções sociais sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Com isso, nas abordagens de gênero eram utilizadas várias análises, resumidas em três posições teóricas: uma que consistia no esforço feminista para explicar as origens do patriarcado, outra baseada na tradição marxista e a procura da crítica feminista, e por último o estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero e do sujeito. A preocupação teórica de gênero como categoria de análise apareceu no final do século XX, com objetivo de discutir sobre o sistema de relações sociais entre os sexos. Assim, no decorrer da história da luta feminista, o conceito de gênero foi sendo redefinido e reestruturado (SCOTT, 1989).

Com isso, Gurgel (2010) pontua que a luta do feminismo segue se redefinindo em busca do direito das mulheres, de acordo com o contexto e com a realidade. A história do movimento feminista em defesa do direito das mulheres, no decorrer da história, enfrentou diversos desafios. Houve luta pela consolidação do poder popular contra a expansão da burguesia, pelo direito de participar da vida pública no campo do trabalho, da educação e da efetividade política. Até porque o regime burguês reafirmou a hierarquia no âmbito familiar, colocando a figura masculina como chefe de família e os demais membros como subordinados, como base para a organização social.

No século XIX, a luta das mulheres foi pela emancipação e pelo sufrágio, no contexto em que a consolidação do capitalismo permitiu alterações no âmbito

social, econômico e político que impactaram a vida das mulheres. No entanto, elas permaneceram excluídas dos direitos civis e políticos e houve ainda a legitimação da desigualdade entre os sexos. Nos anos 1960 e 1970, as mulheres lutavam e discutiam em busca do reconhecimento e da desnaturalização do papel social da mulher, com base no discurso de Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”, com a tese de que não se nasce mulher, torna-se mulher, recolocando em cena que o papel da mulher é uma construção social e não uma determinação biológica, sustentada, inclusive, pela ideologia capitalista, nos seus mecanismos de dominação e opressão (Gurgel, 2010).

Ainda segundo a periodização proposta por Gurgel (2010), nos anos 1980, as demandas feministas foram atualizadas, com questionamentos sobre a totalidade da vida social, e tiveram como centro o confronto ao capitalismo e ao patriarcado, e as formas de fazer políticas, com radicalização das contradições entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe. Já nos anos 1990, houve um período de mudanças na identidade de organização das mulheres, tendo em vista que as ONGs passaram a intermediar a luta dos movimentos feministas.

Sendo assim, sem desconsiderar como foi construída e teorizada a categoria gênero no decorrer da história e a luta dos movimentos feministas em busca do direito das mulheres, para analisar a influência do Pronaf nas relações de gênero, na percepção das agricultoras, a categoria gênero será voltada apenas para discutir e significar as relações de poder entre homens e mulheres no âmbito da agricultura familiar, como um elemento constitutivo das relações socialmente construídas, baseadas nas diferenças entre os sexos. Para tanto, em termos conceituais, é utilizada a definição de Correia (2011), que considera que gênero é uma ferramenta para pensar e discutir de forma crítica as concepções de feminino e masculino, em que as desigualdades são referidas e apontadas com base em categorias de status e papéis sociais destinados a homens e mulheres na sociedade. Na verdade, gênero é considerado como a organização social da diferença sexual.

Para Baqueiro (2013), o termo empoderamento se originou a partir do movimento emancipatório relacionado ao exercício de cidadania, movimentos negros,

mulheres, dentre outros, nos Estados Unidos durante o século XX. Porém, o conceito teve maior notoriedade após o surgimento dos novos movimentos sociais contra o sistema de opressão de libertação e de contracultura, na década de 1960 nos EUA. Com isso, o termo passou a ser utilizado como sinônimo de emancipação social e, atualmente, o conceito se expressa nas lutas pelos direitos civis no movimento feminista e na ideologia da “ação social". Ainda de acordo com Baqueiro, o termo empoderamento tem raízes, também, na reforma protestante, iniciada por Lutero no século XX, num movimento de protagonismo na luta por justiça social, com a tradução da Bíblia em latim, por meio da qual a informação se tornaria fonte de empoderamento. Nesse contexto, empoderar supõe um processo que integre a construção de uma consciência crítica com a ação ou capacidade de intervenção que possa permitir a transformação da realidade.

No mesmo sentido, Berth (2019), ao discorrer sobre o conceito de empoderamento, considera que consiste, também, no enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e raciais. O estudo de empoderamento é discutido em diferentes áreas do conhecimento e pode ser entendido como algo contestador para conscientizar de forma crítica e permitir transformação na prática. Dessa forma, o empoderamento feminino seria a superação individual ou coletiva de certas opressões. No campo das políticas públicas e das ações governamentais, o empoderamento é visto como prática de fortalecimento comunitário, embora se possa questionar o processo de empoderamento sem alteração das dinâmicas das relações de poder. Entretanto, é possível reconhecer que as políticas e ações governamentais podem criar um ambiente favorável ao processo de empoderamento.

Romano e Antunes (2002), ao discutirem sobre o empoderamento e direitos no combate à pobreza consideram que os fundamentos da abordagem de empoderamento são bem discutidos nos debates sobre desenvolvimento e controle da pobreza, por meio dos quais se busca amenizar as relações de dominação que sustentam a pobreza, a fim de construir relações mais justas. Sendo assim, as situações de dominação e de relações de poder precisam ser devidamente analisadas quando se trata de discutir o processo de

empoderamento, independentemente do nível – seja pessoal, territorial, dentre outros – ou da dimensão política, social, econômica cultural ou ambiental.

As práticas de empoderamento na América Latina foram objeto de estudo de Marinho e Gonçalves (2016), que consideraram que o conceito de empoderamento foi intensificado nos estudos de gênero principalmente nos debates relativos ao poder nas experiências de base e no planejamento de estratégias para o desenvolvimento das mulheres, voltadas para a promoção do empoderamento. Quanto a essas estratégias, os autores referiram-se, principalmente, ao empoderamento com base no incremento da renda feminina e nas práticas oriundas do cotidiano das mulheres. Na década de 1980, na América Latina, o termo empoderamento estava relacionado ao discurso de gênero e desenvolvimento, referindo se às estratégias relacionadas a renda e trabalho, e tal discurso destinava-se principalmente para aqueles que planejavam as políticas e programas da área.

Apesar de algumas críticas, alguns autores consideravam que a inserção das mulheres em atividades econômicas é uma importante estratégia para enfrentar as desigualdades de gênero. Para além dos projetos e programas, as práticas que permitem a reflexão dos papéis de gênero são consideradas empoderadoras, desde que se considere o contexto em que as mulheres estão inseridas. Assim, é possível perceber uma compreensão do conceito de empoderamento, ora como processo individual, ora coletivo, que aparece na concepção teórica e na prática analisada, as quais possibilitam a reflexão sobre os papéis sociais entre homens e mulheres visando amenizar o desequilíbrio de poder (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Com foco na abordagem do termo no campo de políticas públicas, neste trabalho, para fins de conceituação e discussão, empoderamento é considerado como um processo que, sob diversas perspectivas, foi proporcionado pelas condições favoráveis, permitidas pelas políticas públicas de crédito, direcionadas às mulheres rurais do semiárido. A ênfase recai sobre as transformações nas dimensões econômicas e políticas, por estarem fortemente ligadas aos programas analisados, mas as perspectivas socioculturais, familiares e interpessoais, psicológicas e legais não serão descartadas.

4.2 O Pronaf em Porteirinha sob a Ótica das Instituições Envolvidas na sua Operacionalização

Um dos resultados esperados pelo Pronaf é o desenvolvimento rural a partir da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica e produtiva dos agricultores familiares, além de contribuição para a segurança alimentar da população. O objetivo deste item é relatar os efeitos inclusivos gerados pelo Pronaf no município de Porteirinha, principalmente as transformações ocorridas na vida das mulheres rurais que acessaram o crédito, a partir das informações das instituições pesquisadas no município.

De início, os representantes das instituições entrevistadas ressaltaram que, como grande parte da renda do município vem do meio rural, o Pronaf contribuiu para o sucesso das feiras no município, pois o financiamento das atividades propiciou condições para ampliação da produção no âmbito da agricultura familiar e consequentemente a comercialização nas feiras livres. O município possui três tipos de feira: a do mercado municipal, a da agricultura familiar e a orgânica, que ainda não tem certificação. A comercialização nas feiras tornou-se a fonte de sustento de várias famílias.

Ainda de acordo com as instituições responsáveis pela gestão do Pronaf, alguns outros resultados do Programa ficaram evidentes, em especial no que se refere à inclusão socioeconômica e produtiva. A inclusão social, principalmente de gênero, foi verificada, tendo em vista que as mulheres foram incluídas em discussões e espaços a que, antes de obter o crédito, não tinham acesso, como a participação em reuniões, a participação política e a luta e atuação para garantia de direitos.

No âmbito econômico e produtivo, os impactos do Programa foram positivos, principalmente para a economia local: aumento da produtividade, desenvolvimento de atividades que proporcionaram geração de emprego e renda, inclusive para as mulheres rurais que acessaram o crédito, e superação da pobreza rural, pois algumas mulheres que dependiam de transferências governamentais de benefícios sociais, como bolsa família, passaram a ter acesso à sua própria renda. Os depoentes ressaltaram que o acesso à educação foi um dos fatores relevantes, pois muitas famílias só tiveram condições de propiciar aos

filhos educação de nível superior com a renda gerada após a obtenção do crédito. No acesso à saúde, também houve melhorias. As agricultoras, através do financiamento, tiveram acesso ainda a novas tecnologias para aumento da produção e para a convivência com o semiárido.

Sabe-se que as políticas públicas, em si, não geram empoderamento, mas podem proporcionar condições favoráveis para que isso ocorra. Em se tratando de uma política pública de crédito rural, é possível que ocorra principalmente o empoderamento econômico. De acordo com Antunes e Romano (2002), é importante abordar o empoderamento pela perspectiva econômica como prática de fortalecimento comunitário, uma vez que o conceito foi utilizado no campo das políticas públicas e por organizações não governamentais no sentido de se criarem estratégias de desenvolvimento voltadas para a superação da pobreza. Em uma realidade capitalista, criar uma estratégia de fortalecimento econômico é importante para proporcionar condições favoráveis ao empoderamento, mas tal fortalecimento, sozinho, não garante que os grupos oprimidos estejam longe das agruras do sistema.

Mas a visão ou percepção dos entrevistados sobre o papel exercido pelo acesso ao crédito rural, via Pronaf, sobre a autonomia e empoderamento das agricultoras foi dissonante. Ao se posicionar sobre a importância da política destinada especificamente para as mulheres rurais, o Pronaf Mulher, um dos depoimentos considerou que houve o empoderamento econômico e maior autonomia das mulheres, pois a maioria delas se tornou responsável pela renda familiar e principalmente pela produção de queijo. Segundo o que foi relatado, é possível associar o crédito com as relações de gênero e o empoderamento feminino.

> *A maioria das agricultoras hoje são arrimos de família, e por terem condição de se auto sustentarem diminui até a violência doméstica. Isso empoderou muito. A autonomia de renda [contribuiu] para combater a violência. A mulher tem que se definir para fugir da violência e com isso aconteceram muitas separações. A consciência e autonomia econômica das mulheres permitiu essa decisão. (Entrevistado(a) com 10 anos de trabalho com o Pronaf).*

No entanto, esta parece ser uma questão ainda longe de ter superado os princípios socioculturais que regem as relações de gênero no meio rural brasileiro, como pode ser evidenciado por outro depoimento colhido durante as entrevistas.

> *[O Pronaf Mulher é] uma política importante, uma política que permite desenvolver a atividade das mulheres, uma atividade para elas, embora elas acabam não desenvolvendo. Algumas, né? Questão cultural. O marido que domina as questões, principalmente financeiras. E acaba fazendo aquelas coisas que o marido acha importante. A maioria das mulheres acessa o crédito, mas o marido é quem destina [os recursos]. Mas não vou negar que tem algumas que mandam mesmo, né? (...) Mas houve melhoria de vida da família em si. (Entrevistado(a) com 25 anos de trabalho com o Pronaf).*

No entanto, de acordo com os relatos obtidos al longo das entrevistas, houve consenso em relação ao excesso de burocracia, aliado a uma discriminação dos agentes financeiros em admitir a mulher como titular responsável pela transação.

> *O banco exigiu por um bom tempo que o homem fosse o titular número 1 e as mulheres acabavam cedendo para não prejudicar as famílias. O Pronaf Mulher ficou mais no papel do que na efetividade. Nem 1% das mulheres de Porteirinha acessaram. (Entrevistado(a) com 10 anos de trabalho com o Pronaf).*

Em que pese essas ressalvas, todos os entrevistados destacaram os efeitos positivos decorrentes do acesso ao crédito rural para o município e para as condições de vida dos agricultores familiares.

> *Houve empoderamento econômico. O Pronaf tem um bônus; não paga todo o crédito. Isso ajudou muito. O agricultor saiu da pobreza um pouco, né? (Entrevistado(a) com 3 anos de trabalho com o Pronaf).*

> *O Pronaf foi muito importante para o município de Porteirinha. Produtividade, renda para a agricultura familiar, feiras... (Entrevistado(a) com 25 anos de trabalho como o Pronaf).*

No que tange ao impacto do Pronaf ou do Pronaf Mulher sobre modificações nas relações de gênero, com aumento da autonomia e empoderamento das mulheres, de acordo com a visão ou percepção dos representantes das instituições envolvidas com a implantação e funcionamento do Pronaf, o caso específico de Porteirinha parece seguir a linha sugerida por Pioversan (2011). Segundo a autora, fica evidente que apesar dos avanços ocorridos, ainda existem obstáculos e desafios para implementação dos direitos das mulheres. Mesmo com normas

internacionais e constitucionais que asseguram a igualdade de gênero, sendo vedada qualquer forma de discriminação contra a mulher, a realidade brasileira demonstra a distância entre os avanços normativos e as práticas sociais e os valores culturais, indicando a persistência de um padrão discriminatório em relação às mulheres.

4.3 O Pronaf em Porteirinha sob a Ótica das Beneficiárias do Programa

O perfil sociodemográfico das 12 beneficiárias entrevistadas, pertencentes à comunidade rural Jurema e ao povoado de Salobro e que acessaram o Pronaf no período de 2005 a 2018, está apresentado no Quadro 2. Na data da pesquisa elas estavam na faixa etária de 37 a 52 anos, metade delas estava casada, uma declarou-se separada/divorciada e as demais viviam em união consensual. Além do trabalho na propriedade rural, todas realizam tarefas domésticas (informação não registrada), além de diversas outras ocupações. Apenas duas entrevistadas relataram somente o trabalho com agricultura, sem especificação, como atividade desenvolvida além das tarefas domésticas. Dentre as atividades produtivas destacam-se produção de queijo, declarada por dois terços das entrevistadas. Há que se destacar também o trabalho como auxiliar de serviços básicos em escola municipal, mencionado por um terço das mulheres, duas delas com nível de instrução superior. Já o trabalho como confeccionista foi mencionado por um quarto das mulheres, atividade desenvolvida no âmbito da associação de que participam. Em síntese, são mulheres mães, agricultoras, do lar, produtoras de queijo, auxiliares de serviços em escolas municipais, confeccionistas, agentes de saúde do meio rural e urbano e presidentes de associações.

No conjunto, são mulheres cujo nível de escolaridade, em mais da metade dos casos, é ensino fundamental completo. Apenas duas entrevistadas possuem o nível médio e três têm nível superior. As agricultoras que possuem nível superior são graduadas em Pedagogia, mas não exercem a profissão, tendo em vista que trabalham como auxiliares de serviços gerais em escolas rurais do município ou como agentes de saúde do meio rural, além das atividades agrícolas e domésticas praticadas por elas.

Quadro 2: Principais características sociodemográficas das agricultoras entrevistadas na Comunidade Jurema e Povoado Salobro, pertencentes ao município de Porteirinha/MG, 2020

Nome/ Iniciais	Idade (em anos)	Renda (salários mínimos)	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Titularidade da Terra	Principais Ocupações/ Trabalhos/ Atividades	Benefício social ou assistencial
MRC	52	1 salário	Separada/ Divorciada	Fundamental	Possui	Agricultora, Confeccionista, Produtora de queijo	Não possui
AMJ	42	2 salários	Casada	Médio	Não possui	Auxiliar de Serviços Básicos em escola municipal do meio rural, Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
APS	46	1 salário	Casada	Fundamental	Não possui	Auxiliar de Serviços Básicos em escola municipal, Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
SBS	39	1 salário	União consensual	Superior/ Pedagogia	Não possui	Auxiliar de Serviços Gerais em escola municipal, Agricultora, Confeccionista	Não possui
JSCS	42	2 salários	Casada	Superior/ Pedagogia	Não possui	Auxiliar de Serviços Básicos em escola municipal, Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
NC	37	1 salário	Casada	Fundamental	Não possui	Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
MAR	41	1 salário	Casada	Superior/ Pedagogia	Não possui	Agente de saúde, Agricultora	Não possui
ANG	38	1 salário	Casada	Médio	Não Possui	Agricultora	Bolsa Família
EV	51	1 salário	União consensual	Fundamental	Não possui	Agricultora, Produtora de queijo, Confeccionista	Não possui
ZEL	47	1 salário	União consensual	Fundamental	Não possui	Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
NJT	45	1 salário	União consensual	Fundamental	Não possui	Agricultora, Produtora de queijo	Não possui
DAV	42	1 Salário	Divorciada/ separada	Fundamental	Não possui	Agricultora	Bolsa Família

Fonte: Pesquisa de Campo realizada na Comunidade de Jurema e no Povoado Salobro, no período de 11 a 26 de maio de 2020.

As agricultoras beneficiárias do programa possuem uma renda média mensal que varia entre 1 e 2 salários mínimos, provenientes dos empregos nas escolas do município por um período, além da renda oriunda das atividades na propriedade, no caso das agricultoras que possuem nível superior. No caso das demais agricultoras beneficiárias do Pronaf, a renda é proveniente das atividades realizadas na propriedade, com a venda de produtos da olericultura e do queijo e leite, dentre outros. Além disso, existe uma renda que é proveniente da confecção de artigos de vestuário, os quais são produzidos de forma coletiva na Associação de Mulheres de Jurema. A maioria das beneficiárias do Pronaf entrevistadas não possuía benefício social ou assistencial, nem aposentadoria. Apenas duas agricultoras do povoado Salobro possuíam o benefício bolsa família.

No que se refere à titularidade da propriedade, apenas uma entrevistada tinha a posse da terra, a qual herdou do pai, após a divisão da propriedade com todos os herdeiros. No caso das demais, a titularidade da terra pertencia aos cônjuges, companheiros ou aos pais e não às agricultoras que solicitaram o crédito do Pronaf. Essa realidade está de acordo com o que percebeu Brumer (2004), ao analisar a situação das mulheres agricultoras no Rio Grande do Sul, ao relacionar as questões de gênero no âmbito da agricultura familiar. Por meio dessa análise, a autora, ao inferir sobre os padrões de transmissão do patrimônio rural no segmento da agricultura familiar, destacou que, de modo geral, as filhas mulheres não herdam a terra, a não ser que seu marido seja agricultor. Portanto, as condições de reprodução dos estabelecimentos familiares são pautadas, além de outros fatores, pela desigualdade de gênero.

Todas as agricultoras entrevistadas participam de alguma associação rural das comunidades, seja como membros seja na direção da organização. No povoado Jurema, as mulheres são organizadas pela Associação de Mulheres da Jurema Vila Sorocaba. Na comunidade Salobro as mulheres rurais são membros da Associação de Agricultores da Região do Salobro, que, apesar de não ser uma organização exclusiva das mulheres e, sim, da agricultura familiar da comunidade, ainda permite a maior participação política dessas agricultoras. Além da organização por meio das associações, as agricultoras participam das reuniões das instituições que atuam na comunidade, seja da Emater, CMDRS, ou qualquer

outra. A maioria das agricultoras participa das reuniões do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, além de aturarem na discussão de projetos e ações destinados ao meio rural do município.

A participação política das mulheres rurais opera como agenciador entre o privado e o público. Por isso, as reflexões de gênero estão inter-relacionadas com a participação política. De acordo com Gomes, et al (2016), os lugares de invisibilidade e de submissão que foram destinados às mulheres produziram os movimentos em busca da garantia dos seus direitos e da participação política. No caso das mulheres rurais, a organização surgiu associada a vários movimentos que emergiram no Brasil, no período de redemocratização, quando as mulheres rurais, em defesa dos seus direitos e do reconhecimento como trabalhadoras rurais se mobilizaram, visando romper o ciclo histórico de desigualdade, de opressão e de pouca participação da mulher rural (GOMES et al, 2016).

Esse contexto social de luta em defesa dos próprios direitos propiciou maior abertura à participação política das mulheres e contribuiu para a mudança do processo de inserção das mulheres rurais em espaços públicos. No caso do Pronaf, enquanto política pública acessada pelas agricultoras familiares, devido ao seu processo de operacionalização, contribuiu para o aumento da participação política delas e inserção em espaços públicos dos quais, muitas vezes, não faziam parte.

A inserção das mulheres entrevistadas em associações, o que lhes permite postura diferenciada em relação à participação política, luta por direitos e autonomia deve ser levada em consideração quando da análise dos depoimentos acerca do papel exercido pelo crédito rural concedido via Pronaf sobre as possíveis transformações nas condições de vida, seja pessoal ou do conjunto do município de Porteirinha.

4.3.1 O que elas dizem: a percepção das agricultoras sobre os reflexos do Pronaf nas relações de gênero e empoderamento

Este subitem tem como objetivo discutir sobre a influência do Pronaf no empoderamento feminino e, de maneira geral, nas relações de gênero. As

reflexões estão embasadas no discurso das mulheres rurais beneficiárias do Pronaf, no município de Porteirinha, em relação a aspectos como participação política, organização do trabalho e gestão dos recursos financeiros, na perspectiva de gênero e empoderamento feminino.

4.3.1.1 O empoderamento via participação em espaços de discussão sociopolítica

Concernente à participação política, a maioria das beneficiárias ressaltou que participa das reuniões organizadas pelas associações, além de participarem de qualquer discussão dos projetos e ações que são destinados para as comunidades rurais em que residem e da discussão dos projetos destinados para o município em geral, principalmente quando se trata de ações destinadas ao meio rural. Este é um resultado esperado, uma vez que as beneficiárias entrevistadas são associadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e/ou ligadas ao CMDRS. Todas elas são, também, membros da Associação de Mulheres de Jurema ou da Associação de Agricultoras do Povoado Salobro.

Grande parte das beneficiárias entrevistadas informou que participa do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas. Esse coletivo é também um movimento de resistência que organiza, desde 2010, mulheres das comunidades rurais em torno da luta por direitos, do combate à violência doméstica, da autonomia econômica, geração de renda, soberania alimentar, além da participação política em espaços de decisão.

Sobre a importância da participação, as agricultoras relataram que isto permite aprendizado, aquisição de informação e conhecimento, importante para a discussão de ações da própria comunidade, além do conhecimento sobre o funcionamento das políticas, projetos e ações do governo, e principalmente, sobre os direitos da população rural.

> *Participar é muito importante devido ao aprendizado, o conhecimento, o conhecimento das pessoas, importante para saber como está funcionando as coisas do governo, o que temos direito e o que não temos. (Agricultora, 52 anos).*

De maneira geral, considerando de forma coletiva, é possível considerar que o acesso ao Pronaf reforçou e contribuiu para aumentar o nível e o poder de participação das agricultoras. Algumas delas foram inseridas e passaram a participar de espaços e discussões das quais muitas das vezes não faziam parte. O acesso ao crédito permitiu, de certa forma, o poder dessa participação, mesmo que de forma implícita.

> *O Pronaf foi muito bom porque abriu caminho para mim, né? Mas na época eu não participava de nada porque meu marido era bem ruim pra mim, não deixava eu participar de nada. Mas como era uma coisa que beneficiava ele também, aí eu podia ir. Agora, graças a Deus, eu vou a todas as reuniões. Antes eu não tinha participação. Por causa do Pronaf eu passei a participar. Pra isso ele permitia. Coincidiu que eu separei dele também. (Agricultora, 52 anos).*

Apesar desse certo empoderamento, no que se refere à participação política das agricultoras, após acesso ao Pronaf, é possível perceber no discurso que as questões culturais que permeiam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, no campo, com base na cultura patriarcal, ainda são bem efetivas, de modo a reger a forma de comportamento de algumas agricultoras. Tais situações encontram-se de acordo com o que percebeu Zorzi (2008), ao analisar o empoderamento das agricultoras com base no acesso ao Pronaf no Rio Grande do Sul. A autora verificou que o empoderamento possibilitado pela inserção no Programa é uma dicotomia, pois permite o acesso e a inclusão das mulheres em espaços sociais dos quais eram excluídas, mas, por outro lado, apresenta limitações socioculturais inerentes à agricultura familiar.

4.3.1.2 Autonomia para a gestão dos recursos e dos bens

No que se refere à autonomia feminina, após o acesso ao crédito do Pronaf foi possível verificar que esta é uma questão relativa, porque depende dos princípios culturais e do contexto, principalmente familiar, em que as agricultoras estão inseridas. No entanto, de maneira geral, na prática, o responsável pela administração dos bens e dos recursos provenientes do Pronaf é o homem, ou, às vezes, a gestão é feita de maneira conjunta. Apenas uma agricultora entrevistada

relatou que se responsabilizava integralmente pela administração dos bens e dos recursos provenientes do Programa.

> *Responsável pela administração dos recursos do Pronaf foi eu mesmo. Tudo passa nas minhas mãos, eu que decido. Até as coisas que tem que resolver em Porteirinha sou eu que tenho que ir. Meu marido é mais reservado, ele é na dele (Agricultora, 39 anos).*

Ao que parece, o acesso aos recursos do Pronaf pelas agricultoras de Porteirinha não contribuiu muito, nem permitiu um ambiente favorável ao processo de empoderamento feminino, no que se refere à administração dos bens e dos recursos, oriundos do Programa.

Nesse contexto, fica evidente que, no caso das agricultoras entrevistadas, o acesso ao Pronaf não contribuiu diretamente para a autonomia feminina, que parece restrita ao pequeno universo da administração conjunta e, às vezes, da renda exclusivamente feminina. Tal situação corrobora a assertiva de Silva (2019) de que o Pronaf, enquanto política pública de crédito rural, não é suficiente para promover mudanças nas relações de gênero de forma a empoderar as mulheres rurais, mas que é uma ferramenta eficaz para a construção da autonomia, restrita ao âmbito econômico e financeiro, referente à renda apenas das mulheres e não da família como um todo. Isso porque as mulheres que possuem renda de atividades não agrícolas, como a aposentadoria rural, apresentam certa autonomia financeira, que se restringe à renda “própria” obtida por elas e não à renda familiar.

4.3.1.3 O empoderamento na dimensão econômica

Poucas agricultoras perceberam que ganharam mais autonomia sobre a utilização da renda após o acesso ao Pronaf. Para a maioria das mulheres a autonomia passou a ser relativa, uma vez que as decisões passaram a se dar de forma conjunta com o cônjuge ou companheiro.

> *Nós decidimos juntos o que precisa ser comprado. A decisão é conjunta. (Agricultora, 42 anos).*

> *Lá em casa não tem isso, é sempre os dois, não tem um que decide. (Agricultora, 46 anos).*

> *A gente sempre conversa, né? No caso é entre os dois. Eu acho que eu vou fazer isso pra investir nisso, e o apoio do outro, né? Lá em casa a decisão é sempre conjunta. (Agricultora, 42 anos).*

A realidade das agricultoras de Porteirinha, referente ao processo de autonomia propiciado pelo acesso ao Pronaf, encontra-se de acordo com o resultado encontrado por Hernandez (2010) ao analisar os impactos do Pronaf Mulher na vida das agricultoras. Segundo ela, o crédito até permite o rearranjo das atividades, mas nem sempre se traduz na autonomia econômica, fato que corresponde à lógica da agricultura familiar.

No sentido oposto, tal situação diverge do que verificou Araújo (2016) ao discorrer sobre os reflexos do Pronaf na vida das agricultoras. A autora destacou a autonomia de algumas agricultoras para investir em questões relacionadas aos cuidados com a saúde e a possibilidade de ter acesso à água, através da perfuração de poço artesiano. Foram percebidas mudanças no padrão de consumo a partir da aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos e a oportunidade de viajar com a família. O Pronaf impactou positivamente as condições de vida e trabalho das mulheres, propiciou a oportunidade de a pequena agricultora impulsionar sua atividade, aumentando sua produtividade e gerando renda. Além disso, o acesso ao Programa significou também a possibilidade de essas mulheres se tornarem mais independentes, valorizadas e reconhecidas.

A posição hegemônica entre as agricultoras entrevistadas em Porteirinha é que houve o empoderamento econômico familiar, que não se restringe apenas à esfera feminina, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação superior.

> *Na dimensão econômica houve melhoria, até porque eu pude estudar minha filha. (Agricultora, 42 anos).*
>
> *No âmbito econômico, foi a renda para educação dos filhos, que antes eu não tinha. (Agricultora, 46).*
>
> *Na dimensão econômica, a renda aumentou e eu pude comprar as coisas que eu queria e não podia. (Agricultora, 37 anos).*

Certo é que entre as agricultoras entrevistadas houve algum empoderamento econômico, não restrito à esfera feminina, mas a influência na superação das

desigualdades de poder entre homens e mulheres ainda é limitado, apesar de ter havido avanços. Constitui, assim, um processo ainda em construção.

4.3.1.4 Reflexos do PRONAF sobre as relações de gênero

As relações de poder e de produção no meio rural são estruturadas também pela desigualdade entre homens e mulheres, que se expressa de diversas formas, e em várias dimensões, seja econômica, política, social ou afetiva e psicológica. A desigualdade traz informação sobre a relação que as mulheres têm com as políticas públicas de desenvolvimento rural (BRASIL, 2005).

As agricultoras entrevistadas se sentiram valorizadas ao saber do Pronaf enquanto política de crédito para agricultura familiar e da possibilidade de acesso, destinado especificamente às mulheres.

> *Achei bom. Era uma nova possibilidade pra nós mulheres. (Agricultora, 37 anos).*
>
> *Assim eu achei que foi melhor porque a gente tem autoridade de fazer alguma coisa, de fazer algo às vezes pra ajudar. A gente vê que a gente pode. Pode inclusive investir, né? Tem pessoas que deseja fazer algo e não tem condição, né? E ela sabendo que a partir daquilo ela pode fazer né, eu acho muito bom, né? (Agricultora, 42 anos).*

Na percepção das agricultoras, houve mudanças positivas na vida delas após o acesso ao crédito, em várias dimensões, porém as questões financeiras e o aumento do poder aquisitivo foram os mais ressaltados. Tal fato indica um certo empoderamento econômico, mas que, por si só, não é capaz de determinar que tal empoderamento contribui para o aumento da equidade de gênero no campo, a despeito das transformações econômico-financeiras.

No que se refere aos processos decisórios das agricultoras das comunidades rurais de Porteirinha, o Pronaf, assim como outras políticas públicas para a agricultura familiar, reforça a hegemonia masculina e as desigualdades de gênero no meio rural, por não atender aos diversos contextos encontrados no campo, devido às diferentes formas de organização e de relacionamento familiares. Assim, o processo de empoderamento também não é homogêneo, pois depende

do contexto e das relações sociais em que as mulheres estão inseridas (SILVA, 2019).

A renda proveniente da produção adquirida a partir dos recursos do Pronaf, segundo as agricultoras entrevistadas, é destinada principalmente para educação dos filhos, aquisição de bens e equipamentos domésticos, reforma da casa, investimento na propriedade, aumento do rebanho, construção de infraestruturas hídricas, como cisterna e mini sistema de abastecimento de água.

> *Principal destinação da renda [foi que] investimos na casa. Comprei, fiz minhas coisas... Compramos também mais umas vacas. (Agricultora, 37 anos).*
>
> *A gente investe tudo no terreno, né? Poço artesiano, cerca, curral, um mini sistema de abastecimento de agua para irrigação para plantio de capim... (Agricultora, 42 anos).*

Diante dos fatos, relacionar os reflexos de gênero a partir da destinação da renda proveniente da produção adquirida pelos recursos do Pronaf é um paradoxo, pois o investimento é feito em atividades de interesse tanto dos homens quanto das mulheres. Por esse parâmetro, o acesso ao Pronaf, em si, não resultou em maior equidade de gênero, tendo em vista que os investimentos são voltados para a família em geral e não apenas para as agricultoras. Além disso, a decisão de investir e onde investir não é uma prerrogativa exclusivamente das mulheres.

Sobre a valorização das agricultoras após o acesso ao Pronaf, elas relataram que se sentiram mais valorizadas, inclusive pela família, por contribuírem com a geração de renda familiar e consequentemente com as transformações econômicas pelas quais passaram as famílias de várias agricultoras. Inclusive a valorização, segundo algumas delas, refere-se ao fato de contribuírem para a realização dos projetos financeiros familiares e de alguns sonhos das próprias agricultoras, principalmente a educação dos filhos.

> *Eu sempre sonhei dos meus filhos fazerem faculdade. Elas fizeram, né? Foi tudo assim: o acesso à educação foi depois do Pronaf; antes não tinha jeito. (Agricultora, 45 anos).*

Na visão das agricultoras entrevistadas, após o acesso ao crédito a participação na propriedade, de certa forma, aumentou, no sentido de decidir se o plantio ou a produção deverá ser realizada ou não, e às vezes, o que deverá ser produzido na

agricultura. Segundo as agricultoras, elas têm grande participação no ato de decidir e, com o acesso ao crédito, essa participação aumentou ainda mais. Tal fato deve estar também relacionado à racionalidade da agricultura familiar nas significações sobre a terra, sobre a propriedade e com as questões culturais.

> *Minha participação aumentou. Meu marido fala: aqui não chove, eu não vou plantar milho. Eu falo: vamos plantar sim. Eu ponho ele pra frente. (...) Às vezes ele tem razão porque gasta e pode perder, né? Mas eu acho que não pode perder a fé de Deus não. Então a gente planta mesmo assim; ele me houve. (Agricultora, 46 anos).*
>
> *A participação na propriedade aumentou na decisão do que produzir e também na criação de galinha. (Agricultora, 39 anos).*

O que se percebe no discurso das agricultoras é que essa participação na propriedade está relacionada à racionalidade da agricultura familiar, nas crenças e nos princípios culturais que se estabelecem com a terra, na propriedade e no poder de decisão. A racionalidade do agricultor está presente na forma de organização da unidade produtiva e pode persistir em contextos diversos. Nesse sentido, a agricultura familiar se caracteriza por uma lógica específica que confere aos agricultores um modo particular de pensar a sua existência e construir as suas representações sobre o mundo que o cerca e sobre as dificuldades encontradas em seu contexto (LOPES et al, 2016). Quanto a isso, o aumento da participação das agricultoras na propriedade está relacionado aos princípios culturais e ideológicos e à racionalidade da agricultura familiar das comunidades.

Apesar da necessidade de avanços, na percepção das beneficiárias a equidade de gênero é um processo e vem acontecendo melhorias no decorrer dos anos, tendo em vista que, segundo elas, as gerações mais recentes (as filhas) vêm tendo direitos que as agricultoras culturalmente não possuíam. Tal situação coaduna-se com o que acreditam Renk et al (2010), que as gerações mais atuais gozam de direitos que anteriormente eram inconcebíveis para as gerações antigas.

4.3.1.5 A inclusão socioeconômica e produtiva e as melhorias nas condições de vida

Ao analisar a importância do Pronaf para os agricultores familiares, Borges, Silva e Coutinho (2018) concluíram que o surgimento do Programa permitiu transformações da realidade da agricultura familiar e trouxe vários benefícios, como melhoria dos processos produtivos relacionados aos diversos segmentos. Outra melhoria verificada refere-se ao retorno do investimento, sendo que, com o auxílio do Pronaf, os agricultores passam a ampliar seu investimento e, por consequência, aumentar a composição de sua renda por meio do crescimento da comercialização de seus produtos.

Embora a influência do Pronaf sobre mudanças positivas nas relações de gênero e empoderamento feminino não tenha sido unanimidade, na percepção das beneficiárias do Programa, em Porteirinha o impacto favorável de melhorias nas condições de vida foi unânime. O investimento em infraestrutura, por exemplo, apesar de não gerar renda, permite melhoria das condições de vida das agricultoras e ameniza os prejuízos na propriedade.

> *A situação melhorou após o acesso ao Pronaf. Assim, igual eu te falei, aqui em casa não tinha água, né? Então quando acabava a água... Melhorou o acesso à água, e sem a cerca sempre entrava animal e destruía em parte a produção. Com a cerca a produção ficou mais protegida, eu tive mais renda. Por isso, diminuiu o prejuízo. (Agricultora, 39 anos).*

> *A situação financeira da família melhorou depois do acesso ao Pronaf, pois antigamente meu marido saía do café para trabalhar. Agora não precisa dele ir mais, né? Trabalhava nos cafezais do Sul de Minas por aí minha filha, nas atividades sazonal, uma vez no ano. Agora depois do crédito o meu leite gera renda, não precisa mais ele ir. (Agricultora, 42 anos).*

> *A situação da família melhorou depois do acesso ao crédito sim. Porque, assim, antes as vezes a gente não tinha condição de tá investindo para adquirir algo a mais, né? A gente só tinha aquilo, só tinha como manter aquilo, às vezes não tinha como comprar. Aí, depois que a gente passou fazer esses créditos lá, esses empréstimos, a gente teve condição de comprar mais e aumentar. Na época nós tinha uma vaca e com o Pronaf, hoje, a gente tem, acho que umas sete. A gente foi comprando e a gente conseguia pagar porque tinha a renda do que comprou para ajudar. (Agricultora, 42 anos).*

Após o acesso ao crédito houve algumas mudanças referentes ao poder aquisitivo, que possibilitaram aquisição de lotes, propriedades rurais e urbanas, reforma da casa das agricultoras, aquisição de objetos domésticos e de bens para a família.

> *Reforma da casa, sim, eu fiz. Troquei meu sofá que tava bem velho, puxei uma varanda, uma área né, que eu coloquei o fogão a lenha, e outras coisinhas, né? (Agricultora, 37 anos).*

No entanto, algumas agricultoras entrevistadas também apontaram dificuldades com a quitação do débito, embora essa não tenha sido a experiência da maioria delas.

> *Eu tive algumas dificuldades para quitar o crédito, igual quando eu investi na caixa, na cisterna, não tem retorno para o pagamento, né? Eu tirei o recurso pra pagar, sabe? Meu marido me ajudou um pouco, né, a pagar, e o resto eu usei do salário da escola. Teve um que eu fiz que eu vendi uma vaca pra pagar. Quem investe em infraestrutura não tem muito retorno financeiro. (Agricultora, 39 anos).*

> *Dificuldade para quitar o crédito. Então, tivemos porque na época nós separou, eu peguei o empréstimo, mais ele que era responsável por pagar. Só que aí ele não pagou. Depois de um tempo veio a cobrança para mim e eu tive que vender duas novilhas e paguei. (Agricultora, 52 anos).*

A despeito de alguns percalços, de maneira geral as agricultoras entrevistadas associaram o Pronaf à inclusão social econômica, ainda que de forma abrangente a todo universo familiar e não de forma restrita à inclusão feminina. Houve aumento do poder aquisitivo com a melhoria das condições financeiras, fato que permitiu o acesso ao cumprimento dos projetos financeiros das famílias, principalmente das agricultoras.

Certo é que o Pronaf permitiu melhoria nas condições financeiras, aumento da renda, da produtividade, até mesmo a geração de emprego e facilitou o acesso à educação, configurando melhoria das condições de vida das agricultoras. No entanto, o reconhecimento da importância das mulheres para o desenvolvimento da agricultura familiar ainda é um processo em construção, que depende de transformações no âmbito cultural, pois a cultura patriarcal machista prevalece arraigada, influenciando para que os avanços na equidade de gênero não aconteçam plenamente.

Então, para discutir o resultado das políticas públicas de desenvolvimento é preciso considerar a realidade rural, inclusive a cultura, pois as políticas públicas e a interação com a economia da região são um processo que auxilia o entendimento das peculiaridades e permite definir o caminho a ser seguido e os propósitos para dar efetividade ao programas (RODRIGUES, 2019). Moreira et al (2014), com o objetivo de avaliar o impacto do Pronaf B na satisfação dos beneficiários das mesorregiões Jequitinhonha e Norte de Minas, referente à produção, à renda familiar e à qualidade de vida, consideraram que o Programa cumpre importante papel na lacuna existente de políticas e programas sociais destinados à agricultura familiar brasileira, sendo o microcrédito capaz de promover a inserção de seus beneficiários ao mercado produtivo local.

É necessário ressaltar que, desde o surgimento do Pronaf, são inquestionáveis os efeitos positivos para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente por contribuir para melhoria das condições de produção, ampliação da oferta de alimentos e aumento da produtividade. Tal fato reflete positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos no meio rural brasileiro (LOPES et al, 2016).

No caso de Porteirinha, e mais especificamente do segmento de agricultoras entrevistadas na comunidade Jurema e no povoado Salobro, o Pronaf exerce papel importante na melhoria das condições de vida da população e das mulheres, em particular. No entanto, questões como desigualdade nas relações de gênero, em desfavor das mulheres, e empoderamento feminino não foram resolvidas integralmente. Nesses dois campos correlatos, gênero e autonomia e empoderamento feminino, houve sim, avanços, mas ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres. Contudo, a despeito de todas as ressalvas, o saldo pode ser considerado inegavelmente positivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo inicial para realização deste estudo partiu do desejo de analisar o Pronaf enquanto política pública de crédito rural, considerando que os benefícios do Programa não são apenas econômicos. Isto porque as políticas públicas podem gerar efeitos que extrapolam a dimensão de seus objetivos, permitindo resultados até mesmo não esperados. Nesse sentido, a análise das relações de gênero e do processo de empoderamento, bem como a inclusão socioeconômica e produtiva feminina, apesar de complexa, é um objeto de investigação instigante, que requer a consideração das diversas dimensões que caracterizam o contexto no qual se insere a política pública.

A reflexão sobre as transformações fomentadas pelo Pronaf na vida das agricultoras pressupõe que o acesso às políticas de crédito permite mudanças da realidade em várias dimensões, o que sugere que o Programa deveria ser considerado como instrumento capaz de contribuir para modificar a realidade rural, possibilitando melhoria das condições de vida das mulheres inseridas em atividades rurais próprias da agricultura familiar. Tais transformações estão ligadas, principalmente, ao processo de empoderamento feminino e às relações de gênero no campo.

Este estudo teve como objetivo a análise das transformações ocorridas na situação social e econômica das agricultoras, em função de terem acessado o crédito do Pronaf, enfatizando, tanto quanto possível, mudanças nas relações de gênero e empoderamento feminino. Assim, três eixos orientaram especificamente a pesquisa sobre o tema. O primeiro baseou-se em descrever a implantação do Pronaf no município de Porteirinha, buscando compreender quais os condicionantes, os objetivos e os resultados esperados do Programa. O segundo focalizou a caracterização das agricultoras beneficiadas pelo Pronaf, para entender quem são essas mulheres rurais e qual o perfil característico delas. E, por último, a análise do papel transformador do Pronaf, a partir tanto da percepção das agricultoras no que diz respeito às relações de gênero, ao empoderamento e à inclusão socioeconômica, quanto da percepção de

representantes das instituições envolvidas no processo de implantação e funcionamento do Programa.

Os estudos bibliográficos e a pesquisa de campo permitiram alcançar algumas respostas e/ou considerações sobre o que se pretendeu com a referida pesquisa e com os questionamentos formulados sobre o Pronaf, os quais são sintetizados a seguir.

Considerando o Pronaf no contexto das políticas públicas de crédito rural no Brasil, há compreensão da importância do Programa para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. O Pronaf se tornou a principal política pública para o setor e, considerando que essa política de crédito foi criada para promover o desenvolvimento rural em regiões deprimidas ou de baixa renda, o Programa cumpre esses objetivos. O Pronaf foi implementado, principalmente, como resposta aos movimentos sociais rurais e se consolidou com várias linhas de crédito, possibilitando atender de forma diferenciada o público heterogêneo da agricultura familiar brasileira, especialmente no que se refere à diversidade socioeconômica.

Por se tratar de pesquisa sobre a influência do Pronaf na vida das mulheres rurais, merece destaque o Pronaf Mulher, uma linha de crédito específica para agricultoras, vista como aliada para amenizar as desigualdades de gênero no campo. Porém, os estudos revelam que os impactos para transformações nas relações de gênero não vêm sendo tão significativos e representativos.

No município de Porteirinha, a partir do discurso de algumas instituições envolvidas no processo de operacionalização do Pronaf, como Emater, Sindicato de Trabalhadores Rurais e CMDRS, foi possível verificar que, desde a implantação do Programa no município, a linha de crédito mais acessada pelas agricultoras foi o Pronaf B, sendo que o Pronaf Mulher foi relativamente pouco acessado. Embora seja uma linha de crédito específica para as mulheres rurais, com vistas também à superação da desigualdade de gênero, percebe-se que faltaram estratégias para garantir efetivação da referida política, como a própria resistência dos agentes financeiros em direcionar crédito tendo mulheres como titulares da operação.

Apesar de alguns avanços, algumas dificuldades relacionadas ao preconceito de gênero foram verificadas. No processo de implantação do Pronaf em Porteirinha as mulheres foram prejudicadas e muitas delas não tiveram acesso ao Programa, em função dos entraves causados pelo próprio instrumento de operacionalização (a DAP). Somente a partir da pressão dos movimentos das mulheres é que a adoção da dupla titularidade da DAP atenuou a discriminação e as dificuldades para as agricultoras acessarem o crédito. Com base nessa situação, a pesquisa corrobora o entendimento de que a implementação dos direitos das mulheres ainda é um processo em construção e a equidade de gênero, a partir de políticas públicas, também precisa e depende de estratégias mais eficientes.

Constatou-se que a rede de parcerias entre as instituições envolvidas no processo de operacionalização do Pronaf é de extrema importância para sua efetivação enquanto política de crédito rural no município de Porteirinha. Assim como as instituições públicas, como a Emater, as instituições privadas também possuem uma função primordial para efetivação do Programa, com a elaboração dos projetos a serem financiados.

De acordo com a percepção das instituições envolvidas de alguma forma com a implementação do Pronaf no município de Porteirinha, houve inclusão socioeconômica e produtiva, desenvolvimento de várias atividades, incentivo à produção, melhoria da propriedade e geração de renda, com impacto na qualidade de vida das agricultoras beneficiárias. Além disso, houve aumento do número de agroindústrias, geração de emprego e renda, com incremento da produção para comercialização nas feiras municipais, as quais se tornaram uma importante fonte de sustento das famílias. Por isso, na dimensão econômica, a partir da percepção das instituições entrevistadas, é possível considerar que o Pronaf cumpriu um dos seus principais objetivos no município.

Outros efeitos identificados, a partir da análise dos relatos dos representantes das instituições, foram no âmbito social e político. Houve divergência no que se refere à inclusão social de gênero. Ao lado de depoimento admitindo que houve empoderamento econômico feminino, com maior autonomia das mulheres, além da amenização da violência doméstica, foi registrada a opinião de que, a despeito da destinação do crédito diretamente às mulheres, a decisão sobre a alocação

dos recursos permanece centrada no homem, sendo esta uma dimensão sociocultural com pouca transformação.

A análise da percepção das agricultoras beneficiárias do Pronaf evidencia que a trajetória do Programa, no município de Porteirinha, permitiu algumas transformações na realidade e na vida das mulheres, ainda que o caminho a percorrer para superação das desigualdades que marcam as relações de gênero, empoderamento feminino e inclusão socioeconômica e produtiva ainda pareça longo.

As dimensões utilizadas como pilares para refletir se houve transformações no processo de empoderamento feminino foram a social e a política, com fulcro na participação das agricultoras, na autonomia feminina no poder de decisão em alguns aspectos da agricultura familiar e na dimensão econômica. A partir da identificação e da análise dessas dimensões, considerando a percepção das agricultoras entrevistadas, o Pronaf configurou-se como uma política capaz de permitir o aumento da participação feminina, visto que as mulheres rurais foram inseridas em espaços sociais antes não frequentados por elas. Mas ainda existem algumas limitações socioculturais e, portanto, alguns avanços ainda são necessários.

A autonomia das agricultoras é restrita apenas à administração da renda exclusivamente feminina, como aposentadoria, e não da renda familiar. Em outros aspectos associados à gestão da propriedade familiar não houve transformações significativas. Sendo assim, considera-se que o Pronaf não proporcionou o processo de empoderamento efetivo nesta dimensão.

Na dimensão econômica houve certo empoderamento, porém no âmbito familiar e não exclusivamente feminino, tendo em vista que os efeitos do Programa impactaram toda a família e não ficaram restritos à esfera feminina.

No cômputo geral, considera-se que o empoderamento feminino é um processo em construção e para que o Pronaf possa promover maiores reflexos sobre esse processo, são necessárias práticas e mediações voltadas para essa finalidade. Isto porque as políticas, muitas vezes, são implementadas com finalidades apenas econômicas, e sem considerar as dimensões sociais e culturais para

efeitos de transformação. Além disso, as unidades familiares, como identificadas a partir do discurso das agricultoras entrevistadas, são espaços privilegiados para reprodução da cultura patriarcal.

Sobre os reflexos do Pronaf nas relações de gênero, a partir da percepção das beneficiárias em torno do assunto, considerou-se que as transformações proporcionadas pelo Programa foram exíguas, tendo em vista que não houve mudanças significativas no âmbito familiar, no poder de decisão, de gestão e de participação na propriedade após o acesso ao crédito. Inclusive, há uma certa reprodução do discurso e de algumas práticas pautadas pela cultura patriarcal que reafirma a desigualdade de gênero no seio da agricultura familiar.

Nesse contexto, as análises e reflexões empreendidas ao longo deste trabalho revelam que o Pronaf pode ser considerado como uma política capaz de permitir melhoria na equidade de gênero, mas vários avanços ainda são necessários, tendo em vista que os princípios socioculturais servem de obstáculos para efetivação dos direitos das mulheres, fato que permite que a desigualdade de gênero não seja totalmente superada.

Em contrapartida, considera-se que as transformações econômico-financeiras são evidentes. É inquestionável a inclusão econômica e produtiva proporcionada pelo Pronaf, devido à melhoria da renda, do poder aquisitivo, aumento da produtividade, inserção no mercado local, embora essa inclusão seja um processo abrangente a toda dimensão familiar, e não restrito ao universo feminino.

Sendo assim, no âmbito econômico, é possível considerar que o Pronaf tem efeitos significativos para a economia local e para o desenvolvimento rural, o que demonstra a relevância do Programa para a agricultura familiar e do setor para o desenvolvimento da agropecuária. No entanto, os avanços em outras dimensões se relacionam a questões socioculturais, difíceis de serem mudadas.

Há que se considerar que o presente estudo foi baseado na percepção de um universo específico de beneficiárias do Pronaf e que, portanto, os resultados podem não refletir o cenário para o conjunto do município de Porteirinha. É recomendável que estudos futuros possam ser elaborados com base em um

universo maior de casos e com foco, também, nos efeitos indiretos que o Programa pode ter tido sobre o empoderamento das novas gerações. O certo é que, independentemente desta limitação, parece inegável que o Pronaf constitui uma das políticas públicas mais importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, e o universo investigado no município de Porteirinha não configura uma exceção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C.; GOSSI, M. D.; OLIVEIRA, L. G.; ÁVILA, M. L. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. 2007

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANJOS, Flavio Sacco; CALDAS, Nádia. Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do velhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, vol. 26, n. 4, p. 661-694, jul. 2005.

ANJOS, F. S.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V.; GOMES, M. C. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 42, n. 3, p. 529-548, 2004.

ARAÚJO, Maria do Perpetuo Socorro Nassau. **Gênero e Políticas Públicas**: reflexos do Pronaf nas condições de vida de trabalhadoras rurais. Montes Claros: UNIMONTES, 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2016.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados de Crédito Rural-Contratações**. Disponivel em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural> Acesso em 16 nov. 2020.

BANCO DO BRASIL, **Pronaf Mulher**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/produtor-familiar/investir-em-sua-atividade/pronaf-mulher#/> Acesso em: 15 jun. 2019.

BANCO DO BRASIL, **Soluções para o produtor familiar**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/produtor-familiar/veja-todas-as-opcoes-para-o-produtor-familiar#/> Acesso em: 15 jun. 2020.

BANCO DO NORDESTE, **Grupos e Linhas de Crédito PRONAF**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela_grupos_Pronaf-Jul_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b> Acesso em: 15 jun. 2020.

BNDES, **Banco Nacional do Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher> Acesso em: 15 jun. 2019.

BAQUERO, Marcello. **Qual Democracia Para a América Latina?**: capital social e empoderamento são a resposta?. Porto Alegre: UFRG, 2013.

BARBOSA, Rômulo Soares. Seguro social e "seguro agrícola": o duplo papel da previdência social rural. **Unimontes Científica**. Montes Claros, vol.5, n.1, jan./jun. 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2009.

BATISTA, Henrique Rogê; NEDER, Henrique Dantas. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.52, suppl.1, p.147-166, 2014.

BAUER. M.W; GASKEL. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

BELTRAME, Gabriela; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. Impactos socioeconômicos ocasionados pelo Pronaf para o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, vol. 15, n. 38, jan./mar., p.87-107, 2017.

BERTH, Joice. **Empoderamento**: Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, G.G.; SILVA, M.C.L.; COUTINHO, E.M.C. Análise da importância do Pronaf para os agricultores familiares. **Revista Expressão Católica**, v. 7, n. 1, p. 20-26, jan. – jun. 2018.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, vol. 10, n. 1, 2007.

BRASIL, **Decreto 9064/2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm> Acesso em: 23/08/2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

BRASIL, **Lei 4829 de 1965**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL, **Lei 11 326 de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL, **Decreto 1946 de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n 121 de maio de 2001**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/portarias/portarias-de-2001/portaria_mda121_220501.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRUMER, Anita. Gender and Agriculture: the Situation of Women in Agriculture in the State of Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, vol. 12(1), jan./abr., p. 205, 2004.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, A. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (ORG.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BUARQUE, Cristina. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: BARSTED, L. Linhares; PITANGUY, J. (ORG.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais** – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, vol. 10, n. 21, fev., 2014.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista **Estudos Feministas**, vol.9, n.1, p.22-55, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Política Pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol.5, n.1, p.70 a 82, 1997.

CARVELLI, Cláudia da Luz. **Pronaf mulher e a história oral**: uma revisão sistemática de literatura. Disponível em: <https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1523626949_ARQUIVO_Artigo-HistoriaOral.pdf> . Acesso em: 15 jun. 2019.

CARVELLI, Cláudia da Luz; PARENTE, Temis Gomes. O Pronaf mulher no empoderamento das mulheres assentadas na região sul do Tocantins. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais**. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X, p. 1-12.

CASTRO, Cezar Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CAZELLA, A.; CAPELLESSO, A.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉB, Y.; BÚRIGO, F. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, vol. 15, p. 49-79, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O Progresso das Mulheres Rurais. In: BARSTED, LEILA Linhares; PITANGUY, Jacqueline (ORG.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CORREIA, Sonia. Os Conceitos de Gênero: Teorias, Legitimação e Usos. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (ORG). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**/ Programa Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS. v. 9, p. 11-47, 1998.

DRAIBE, Sônia M. Estado de bem estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAM, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (ORG). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, 2007.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e políticas de crédito**: o Pronaf – Mulher em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2008.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf mulher no meio Rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34/35, p. 157-175, 2013.

FREITAS, Giovanni Barillari. O estado e as políticas públicas que tornaram a agricultura familiar uma agente importante de desenvolvimento. **Mediações**, vol. 23(2), mai.-ago., p.366-389, 2018.

FJP. **Fundação João Pinheiro**: Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Disponível em: https://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil/PerfilMunicipal?id=611#IDHM. Acesso em 20/08/2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição, São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; VÁZQUEZ. C. L.; TONELI, M. J. Participação política e subjetividade – Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Revista Psico**, vol. 47, n. 2, p. 148-158, 2016.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES, Wenceslau. A modernização Desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola. In: **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e a modernização econômica brasileira 1960 a 1980. São Paulo: Hucitec, p. 245, 1997.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar. Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios. **Boletim do OPPA**, n.03, 2010.

GRISA, K.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, supl. 1, Brasília, 2014.

GUALDANI, Carla; SALES, Marli. Tecnologias Sociais de convivência com o semiárido e a racionalidade Camponesa. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, Edição Especial, p.86-99, dez/2016, 2016.

GURGEL, Telma. Feminismo e Luta Classe: História, Movimento e Desafios Teórico-Políticos do feminismo na contemporaneidade. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais**. Santa Catarina, 2010.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, ano 9, n. 8, jan.-jun. 2006, p. 1-28, 2006.

HERINGER, Rosana; SILVA, Joselina. Diversidade, Relações Raciais e Étnicas e de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (ORG). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais? 2009. Tese – (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

HERNÁNDEZ. Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais** – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

HOCHMAM, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (ORG). 2007. **Politicas Publicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, p. 398, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 jun. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porteirinha/historico.> Acesso em: 20/08/2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Censo Agro. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/ Acesso em: 20/08/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente com data de referência de 1º de julho de 2020**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porteirinha/panorama. Acesso em: 20/08/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geodésia, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html? =&t=downloads. Acesso em 16 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geodésia, 2019a. Disponível em:https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios__divisoes_intramunicipais/censo_2010/setores_censitarios_kmz/. Acesso em 16 nov. 2020.

KAGEYAMA, Angela. **Produtividade e Renda na Agricultura Familiar**: efeitos do Pronaf - Crédito. Agric. São Paulo, SP, 50(2):1-13, 2003.

LOPES. P.F; FRANCO.J.M.C; CASTRO. L.G; SANTOS.A.C; CAPPELLE. M.C.A. O Pronaf e as racionalidades da agricultura familiar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n.1, p. 70-84, abril de 2016.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES. Hebe Signorini. Práticas de Empoderamento Feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, vol. 56, p.80-90, abril de 2016.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MELLO, Myriam Marta Soares. **Avaliação das mulheres agricultoras sobre os efeitos do Pronaf nas suas condições de vida**. Viçosa: UFV, 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

MIGUEL. Fernanda Valim Côrtes. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Revista Odisseia**, n.5, 2 jul., 2010.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MOTTER, K. Z. Avaliação de Impacto do Pronaf B sobre a satisfação de agricultores familiares em Municípios de Minas Gerais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 22, n. 2, p. 432-456, 2014.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres. **Temáticas**: revista dos pós-graduandos em ciências sociais / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Campinas, v. 26, n. 52, p. 195-226, ago.- dez., 2018.

MOURA, M. C. D.; MORENO, R. F. C. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no sertão do Apodi. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 2, p. 28-45, 2013.

NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MEMASHI, R. (Orgs.). **Gênero e Agricultura Familiar**. SOF, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Joao Mateus Silva Fagundes; FURTADO, Natalia Maria Reis Oliveira. Mulher e trabalho: igualdade material e formal - uma utopia necessária. **Revista Thesis Juris**, São Paulo, vol. 3, n. 1, p.75-91, jan.-jun., 2014.

OLIVEIRA. N. S. M.N; CARVALHO. E.S; NASCIMENTO. T.P; SCHMIDT. C.M. Cooperação e empoderamento feminino: análise do índice de empoderamento e desenvolvimento de gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 26, n. 3, p. 630-655, out.-jan., 2019.

PAULILO, Maria Ignez. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, vol. 17, n. 28, 1987.

PICOLOTTO, Everton L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, n. 1, p. 63-84, 2014.

PINTO, C. S.; AMARAL, J. B. C; OLIVEIRA, M. R, R; LIMA, P. V. P. S. As políticas públicas no semiárido brasileiro. **Revista Encontros Universitários da UFC**, vol. 1, n. 1, p. 823, 2016.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (ORG.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da URGS, 2006, p. 13-54. 2013.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** / Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: https://atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/315220. Acesso em 20/08/2020.

PORTEIRINHA (Município). **Principais dados**. Disponível em: <https://porteirinha.mg.gov.br/municipio/dados/> Acesso em 20/08/2020.

QUEIROZ, Daniela Mendes. **Mulheres do Campo, Reconhecimento e Trabalho na Construção de Outras Economias em Porteirinha – MG**. UFMG, 2018, 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2018.

RENK. A; BADALOTTI. R. M; WINCKLER. S. Mudanças Socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (orgs.) **Gênero e geração em contextos rurais** – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

RODRIGUES. Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 57, n.1, p. 029-048, jan.-mar., 2019.

RODRIGUES, L. Formação Econômica do Norte de Minas e o período recente. In: Oliveira, M. F.M.; Rodrigues, L.; Cardoso, J. M. A.; Botelho, T. R. (orgs.). Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 105-172.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

RUA, Maria das Graças. **Para aprender políticas públicas**: conceitos e teorias. v. 1. [s. l.]: IGPEP, 2013.

SALES, Celecina Maria Veras. Rural Women: Establishment of New Relations and Recognition of Rights. **Revista Estudos Feministas**, Vol.15, n.2, p. 437, Florianópolis May/Aug. 2007.

SALVARO, I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. Mulheres e trabalho feminino rural: pesquisa no banco de teses da Capes (1987-2010). In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3, 2012, Criciúma, SC. **Anais** [...]. Criciúma, SC: UNESC, 2012.

SARON, Flávio Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio agricultura familiar. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 2, p. 656-683, 2º semestre de 2012.

SAVOLDI, Andreia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura Familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, vol. 5, n. 1, p. 25-45. jan./jun. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, fev., 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução. New Work: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Alessandra Maria. **O Pronaf como meio de empoderamento da Mulher Rural**: uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espirito Santo. Campos dos Goytacazes: UENF, 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Campos dos Goytacazes, 2019.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHINEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (orgs.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, p. 183-207.

SILVA, Roberto Marinho. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. UNB, 2006. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Sandro Pereira; ALVES FILHO. Eloy. Análise dos Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios de Baixa Dinamização Econômica. In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. **Anais**, 2008, p. 1-16.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Polis **Revista Latino Americana**, n. 44, 2016.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (ORG). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios do empoderamento de mulheres agricultoras: notas sobre uma experiência vivida. **Revista de Ciências Sociais**, nº 45, p. 139-154, jul. -dez., 2016.

THIOLLENT. Mayra. **Metodologia de Pesquisa Ação**. Editora Cortez, 1986.

TOLENTINO, Michel Leonard Duarte de Lima. Da revolução verde ao discurso do PRONAF: a representação do desenvolvimento nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Cerrados**, Vol. 14, Nº. 2, págs. 93-124, 2016.

VASCONCELOS. Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 6. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.

VEIGA, José Eli. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. “A volta dos que não foram: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista Nera**, vol. 22, n.46, p. 129-147, jan.-abr., 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura Familiar e Campesinato**: rupturas e continuidade. 2004.

ZANI, Felipe Barbosa; COSTA, Frederico Lustosa. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, vol.48, n.4, pp.889-912, 2014.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2008.

ANEXOS

1. Roteiro de Entrevista para as Instituições Envolvidas com o Pronaf

Município de Porteirinha/MG Data:

Instituição: _____

I. Informações Pessoais

1. Nome: _____

2. Idade: ____ anos

3. Situação Civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) União consensual
( ) Divorciada /Separada ( ) Outra _____

4. Nível de Escolaridade: ( ) Analfabeto ou < a ano de estudo
( ) Fundamental inicial (1 a 5 anos de estudo)
( ) Fundamental final (6 a 9 anos de estudo)
( ) Médio ( ) Superior

5. Função/Cargo na Instituição: _____

6. Tempo de trabalho na instituição: _____ anos

7. Tempo de trabalho relacionado ao Pronaf na Intuição: _____ anos

II. Informações sobre o Pronaf

8. Você considera importante uma política destinada especificamente para a agricultura familiar, como o Pronaf, e especificamente para as mulheres rurais, como o Pronaf Mulher?

( ) Não ( ) Sim. Por quê? _____

9. Relate como foi o processo de implantação do Pronaf no município de Porteirinha.

_____
_____

10. Houve alguma dificuldade para o acesso das mulheres ao crédito?

( ) Não ( ) Sim _____

11. Qual a importância do Pronaf para o desenvolvimento rural e para o desenvolvimento da agricultura familiar do munícipio?

_____
_____
_____

12. Qual foi o papel da sua instituição (Emater, Sindicato, CMDRS) para o acesso das mulheres ao crédito? E qual a importância?

_____
_____
_____

13. Quais são os fatores positivos do acesso ao Pronaf para as mulheres rurais do município?

_____
_____

14. Quais são os fatores negativos do acesso ao Pronaf para as mulheres rurais do município?

_____
_____

III. Efeitos do Pronaf

15. Na sua opinião quais foram/são os principais efeitos do Pronaf para as comunidades rurais, e de maneira geral para o município de Porteirinha?

_____
_____

16. Quais foram os resultados esperados do Pronaf no município?

_____
_____

17. Na sua opinião os resultados esperados foram cumpridos?

( ) Sim _____

( ) Não _____

18. Na sua trajetória de trabalho na instituição (Emater, Sindicato, CMDRS) qual foi o efeito do Pronaf para a inclusão socioeconômica e produtiva das mulheres rurais no município?

_____
_____

19. A partir da sua experiência profissional com o Pronaf, no município Porteirinha, da vivência e acompanhamento prático da realidade das mulheres no processo de acesso ao Pronaf, você acredita que foi possível associar o crédito às relações de gênero e ao empoderamento das mulheres rurais beneficiárias ?

( ) Sim _____

( ) Não _____

20. No âmbito econômico, você verificou alguma mudança na vida das mulheres beneficiadas pelo Pronaf?

( ) Sim _____

( ) Não _____

2. Roteiro de Entrevista para Beneficiárias do Pronaf

Município de Porteirinha/MG Data:
Comunidade:

I. Informações Pessoais

1. Nome: _____

2. Idade: ____ anos

3. Situação Civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) União consensual
( ) Divorciada /Separada ( ) Outra _____

4. Composição Familiar: ( ) Casal com filhos ( ) Casal sem filho
( ) Mulher com cônjuge e com filhos
( ) Mulher sem cônjuge e sem filhos
( ) Multipessoal sem parentesco ( ) Unipessoal
( ) Outra _____

5. Nível de Escolaridade: ( ) Analfabeto ou < a ano de estudo
( ) Fundamental inicial (1 a 5 anos de estudo)
( ) Fundamental final (6 a 9 anos de estudo)
( ) Médio ( ) Superior

6. Ocupação/Profissão/trabalho: _____
( ) Não trabalha atualmente

II. Informações sobre o acesso ao Pronaf

7. Qual foi a principal fonte de informação sobre o Pronaf?
( ) Internet ( ) Instituições Financeiras ( ) Vizinhos
( ) Associação ( ) Emater ( ) Sindicato Trabalhadores Rurais
( ) CMDRS ( ) Coletivo de Mulheres ( ) Outra _____

8. Qual foi o objetivo de acesso ao Pronaf?
_____
_____

9. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade após acesso ao crédito?
_____
_____

10. Ano ou período de Acesso ao crédito: _____

11. Obteve apoio de alguma instituição para acesso ao crédito?
( ) Sim Qual? _____
( ) Não

12. Houve alguma dificuldade para acesso ao Pronaf? ( ) Não
( ) Sim _____

13. Como foi o processo de elaboração do projeto necessário para acesso ao crédito?

_____
_____

14. Quem elaborou o projeto?
( ) Você ( ) Cônjuge ( ) Filho ( ) Outro _____

15. Você opinou sobre o montante solicitado? ( ) Sim ( ) Não

III. Informações sobre formas de organização das beneficiárias do Pronaf e participação política

16. Participa de alguma associação rural da comunidade? ( ) Sim ( ) Não

17. Participa das reuniões do CMDRS, Emater ou outras instituições?
( ) Sim ( ) Não

18. Participa das reuniões do coletivo de Mulheres do Norte de Minas?
( ) Sim ( ) Não

19. Participa da discussão de projetos e ações destinadas ao meio rural do município de Porteirinha e de sua comunidade?

( ) Sim ( ) Não

19. Você acha importante a participação? ( ) Não _____
( ) Sim Por quê? _____

IV. Informações socioeconômicas e produtivas

20. Qual a sua renda média mensal? R$ _____

21. Possui algum benefício social ou assistencial ? ( ) Não
( ) Aposentadoria ( ) Bolsa família ( ) BPC ( ) Outro _____

22. Qual o tamanho da sua propriedade? _____

23. Quem é o titular da propriedade?
( ) Você ( ) Cônjuge ( ) Irmãos ( ) Outros _____

24. De que forma adquiriu a propriedade?
( ) Herança ( ) Compra ( ) Outra _____

25. Qual é o principal produto produzido na propriedade?
_____

26. Há outra produção, além do produto principal? ( ) Não
( ) Sim _____

27. A produção é apenas para consumo?
( ) Sim ( ) Não, parte é destinada para comercialização.

28. Quem é o responsável ou administrador da renda adquirida na propriedade?
( ) Você ( ) Cônjuge ( ) Filho ( ) Outro _____

29. O que foi produzido com o recurso do Pronaf?
_____

30. Na prática, quem foi o responsável pela administração dos bens e dos recursos provenientes do Pronaf?
( ) Você ( ) Cônjuge ( ) Filho ( ) Outro _____

31. Você acredita que a situação financeira da família melhorou após o acesso ao Pronaf?
( ) Sim ( ) Não Por quê? _____

31. Na sua opinião houve alguma mudança após o acesso ao crédito, no que se refere, por exemplo, à aquisição de bens para família, filhos, objeto doméstico, reforma da casa?
( ) Não ( ) Sim Qual? _____

32. Houve alguma dificuldade para quitar o crédito? ( ) Não
( ) Sim Qual? _____

33. Houve aumento da produtividade na sua propriedade após o acesso ao crédito?
( ) Sim ( ) Não

34. Você considera que, após o acesso ao crédito, ganhou mais autonomia sobre a utilização da renda? ( ) Não
( ) Sim _____

V. Informações sobre os efeitos do Pronaf-Mulher referente às relações de gênero e ao empoderamento

35. Como você se sentiu ao saber de uma política (Pronaf Mulher) destinada especificamente para as mulheres rurais?
_____
_____

36. Após o acesso ao crédito, você acha que houve alguma mudança positiva para sua vida?
( ) Não ( ) Sim _____

37. Houve alguma mudança no seu trabalho, seja no espaço doméstico (casa) ou na agricultura, ou em outra atividade que você realizava?
( ) Não ( ) Sim _____

38. No âmbito familiar houve alguma mudança que você considera importante?
( ) Não ( ) Sim _____

39. Qual e como é sua participação nas decisões sobre destinação dos recursos da propriedade?

_____
_____

40. Houve alguma mudança na sua participação sobre destinação dos recursos após o acesso ao crédito?
( ) Não ( ) Sim _____

41. Na dimensão econômica, você acha que houve alguma mudança positiva após o acesso ao Pronaf?
( ) Não ( ) Sim _____

42. Você acha que o acesso ao crédito lhe permitiu maior participação politica, tais como participação em reuniões na comunidade e nas instituições?
( ) Não ( ) Sim _____

43. Qual foi a principal destinação da renda proveniente da produção adquirida a partir dos recursos do Pronaf?

_____

44. Você se sentiu mais valorizada acesso ao crédito? ( ) Não
( ) Pela família ( ) Pelo cônjuge ( ) Pela comunidade

45. Você acha que o acesso ao crédito aumentou a sua participação na propriedade?
( ) Não
( ) Sim, na decisão do que produzir
( ) Sim, na decisão sobre o que comprar o os recursos da produção
( ) Sim, no trabalho produtivo
( ) Sim, na agricultura
( ) Sim, em outra atividade que gera renda para a família

46. Você teve algum problema por ter tido acessado o crédito?
( ) Não
( ) Sim, com a família
( ) Sim, com a comunidade ?

47. Você recebeu alguma crítica? ( ) Não ( ) Sim _____

3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: O crédito rural para mulheres do semiárido norte-mineiro: um estudo do Pronaf no município de Porteirinha, no período de 2005 a 2018.

Em 1995 foi criado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura, que lançou, em 1996, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que exerce um papel importante na agropecuária nacional. Mas as linhas de crédito do Pronaf não diferenciavam o acesso para homens e mulheres, de tal maneira que o Programa seguia a linha da maioria das políticas de crédito no Brasil, que tendem a contemplar preferencialmente o universo masculino, ignorando o relevante papel exercido pelas mulheres, que participam ativamente do trabalho produtivo, além do exercício de atividades domésticas.

Assim, com o propósito de permitir à mulher o acesso ao crédito, para que pudesse realizar o investimento na atividade que almejasse, foi criada uma linha específica, o Pronaf Mulher, direcionada ao financiamento de investimentos de propostas de crédito para a mulher agricultora. Foi estabelecido que no mínimo 30% dos recursos do Pronaf fossem direcionados para o Pronaf Mulher.

O motivo que nos leva a estudar essa questão é tentar responder a duas inquietações: as mulheres beneficiárias do Pronaf têm experimentado transformações que lhes proporcionam melhoria nas suas condições de vida? No rol dessas mudanças inclui-se um processo de empoderamento feminino e melhoria nas relações de gênero?

Os procedimentos de coleta dos dados necessários à pesquisa requerem a aplicação de entrevistas com agricultoras beneficiárias de crédito do Pronaf, assim como com instituições envolvidas no funcionamento do Pronaf.

Os interessados em participar da pesquisa não serão submetidos a qualquer risco e/ou constrangimento, inclusive podem optar por serem ou não identificados no trabalho. E estarão livres para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios e terá a garantia do sigilo nas informações prestadas, as quais serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Cleonice Elias dos Santos, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: _____, e-mail: _____.

Declaração

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

Permito a gravação da entrevista: ( ) sim ( ) não

Permito a divulgação do nome:

( ) sim nome completo ( ) sim somente as iniciais ( ) não

Porteirinha, ____ de _____ 2020.

_____

Participante

_____

Cleonice Ellias dos Santos (Pesquisadora)